



# Experiência de formação e pesquisa com jovens moradores de favelas

Complexo de Manguinhos, Complexo da Maré,  
Acari e Ladeira dos Tabajaras

## SE LIGA NO TERRITÓRIO!

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO E PESQUISA COM JOVENS MORADORES DE FAVELAS  
COMPLEXO DE MANGUINHOS, COMPLEXO DA MARÉ, ACARI E LADEIRA DOS TABAJARAS

### REALIZAÇÃO

#### EQUIPE FASE RJ

Aercio B. de Oliveira  
Bruno A. de França  
Caroline R. da Silva  
Rachel B. de Oliveira

#### MÃES DE MANGUINHOS & FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS

Ana Paula G. de Oliveira  
Eliene Maria Vieira  
Elinton Fabio Romão  
Fatima dos S. P. de Menezes  
Monique de C. Cruz  
Patrícia G. de Oliveira

#### JOVENS PESQUISADORES

##### ANO I

Ana Paula E. Lopes  
Chrystian B. Duarte  
Fátima Alerrandra P. de Menezes  
Hogo A. da Silva  
Ianoy Rayane de Oliveira  
Ítalo Matheus dos S. da Silva  
Roger G. de O. de Almeida

##### ANO II

Chrystian B. Duarte  
Evelyn Aparecida dos Santos  
Ianoy Rayane de Oliveira  
Nícolas de O. Vicente  
Tharcila V. Labi Souza  
Vanessa de O. D. da Silva

#### DESIGN

Júlio Okabayashi  
Yara Santana dos Santos

#### SUPORTE DE DADOS

Christian B. Oliveira

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Se liga no território: experiência de formação e pesquisa com jovens moradores de favelas : Complexo de Manguinhos, Complexo da Maré, Acari e Ladeira dos Tabajaras. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Fase, 2022. -- (Se liga no território)

Vários colaboradores.  
ISBN 978-65-87197-06-7

1. Ciências sociais 2. Favelas -- Rio de Janeiro (RJ) 3. Favelas -- Rio de Janeiro (RJ) -- Fotografias 4. Jovens -- Aspectos sociais 5. Periferias urbanas 6. Políticas públicas -- Rio de Janeiro (RJ) 7. Violência urbana -- Rio de Janeiro (RJ)  
I. Série.

22-124919

CDD-307.76

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Favelas : Rio de Janeiro : Estado : Urbanização :  
Sociologia 307.76

Aline Grazielle Benitez -- Bibliotecária -- CRB-1 / 3129

ESTA PUBLICAÇÃO FOI REALIZADA COM O APOIO DA FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO E FUNDOS DO MINISTÉRIO FEDERAL PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DE DESENVOLVIMENTO DA ALEMANHA (BMZ). O CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO É RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE FASE RJ E NÃO REPRESENTA NECESSARIAMENTE A POSIÇÃO DA FRL.

SOMENTE ALGUNS DIREITOS RESERVADOS. ESTA OBRA POSSUI A LICENÇA CREATIVE COMMONS DE "ATRIBUIÇÃO + USO NÃO COMERCIAL + NÃO A OBRAS DERIVADAS" (BY-NC-ND)



# Experiência de formação e pesquisa com jovens moradores de favelas

Complexo de Manguinhos, Complexo da Maré,  
Acari e Ladeira dos Tabajaras

Realização:



Mães de Manguinhos



Fórum Social de Manguinhos

Parceiro:



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>Parte I</b> .....	<b>11</b>
<b>Nota metodológica</b> .....	<b>11</b>
<b>Educação Popular em tempos de pandemia</b> .....	<b>22</b>
<b>Parte II - Ano I</b> .....	<b>25</b>
<b>Manguinhos e a luta constante contra a violência policial</b> .....	<b>25</b>
<b>ADPF das favelas e os movimentos contra a violência</b> .....	<b>37</b>
<b>Nem fome, nem tiro – iniquidades e Covid-19 nas favelas</b> .....	<b>43</b>
<b>Racismo, guerra às drogas e LGBTQIAP+fobia: narrativas das juventudes</b> .....	<b>53</b>

<b>Parte III - Ano II</b> .....	<b>65</b>
<b>A realidade pelos dados e relatos: violência e Covid-19 pelo olhar das juventudes faveladas</b> .....	<b>66</b>
<b>Perfil Socioeconômico</b> .....	<b>70</b>
<b>Impactos da Covid-19</b> .....	<b>78</b>
<b>Violência e seus impactos</b> .....	<b>83</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>96</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>99</b>
<b>Notas</b> .....	<b>102</b>

# Introdução

A presente publicação é resultado do processo de formação e do trabalho de pesquisa desenvolvido durante 2 anos no âmbito do projeto “*Se Liga no Território!*”, uma iniciativa realizada pela FASE RJ em parceria com os movimentos Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Seu principal objetivo foi realizar processos de formação política, produção de metodologias participativas e pesquisa com jovens de favelas, buscando apresentar novas análises sobre a violência urbana assim como novas práticas de pesquisa em/para/com favelas.

As atividades que resultaram nesse material refletem a conjuntura política e social a que estiveram submetidos os moradores de favelas e especificamente os residentes no complexo de favelas de Manguinhos, do complexo de favelas da Maré, de Acari e da Ladeira dos Tabajaras, durante os anos de 2020 e 2021. No período em que o projeto foi executado, construímos momentos importantes de reflexão sobre as formas recorrentes de violência cometidas pelos agentes armados do Estado nas favelas e os impactos sobre a vida dos jovens, reconhecidamente aqueles que são os alvos principais da violência letal.

Diferentes situações de violência foram relatadas, sistematizadas e debatidas a partir da histórica relação entre segurança pública, violência e racismo no Brasil, mas também as mais recentes ações dos movimentos e organizações sociais, como a articulação construída em todo na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 635, conhecida como “ADPF das favelas”. Esse debate ganhou centralidade em nossas atividades tanto pela importância da ADPF das favelas na redução da letalidade policial, quanto pela participação das Mães de Manguinhos e do Fórum Social de Manguinhos nas ações de incidência política elaboradas em torno desta medida.

Além desse aspecto, a pandemia de Covid-19 e as violações de direitos por ela exacerbadas foram tratadas como elementos importantes para compreender a forma como a violência estatal se materializou nos territórios de favelas. É fundamental reafirmar que se a pandemia teve a capacidade de atingir a todos, as suas piores consequências foram sentidas nas favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Com o crescimento do número de casos da doença, as desigualdades nesses territórios apareceram através da falta de investimentos em políticas públicas de saúde, habitação e saneamento básico, fundamentais à manutenção da vida. O resultado desse quadro, apresentado por diferentes pesquisas e denunciado por várias organizações de favelas e periferias, foi a impossibilidade de realizar as medidas de isolamento, falta de acesso adequado à saúde, o aumento do desemprego, a volta da fome e aumento desproporcional no número de óbitos.

Consideramos que a realização do **“Se Liga no Território!”** foi um grande desafio, mas também um aceno para novas possibilidades de atuação política. Com este projeto construímos conhecimentos de forma compartilhada, permeada pelo ativismo e pelas vivências de cada participante. As premissas da pesquisa-ação (TRIPP, 2005) e pesquisa militante (BRINGEL; VARELA, 2016), assim como todo o referencial sobre educação popular acumulado ao longo de 60 anos pela FASE, foram elementos básicos para a realização de nossas atividades.

Também destacamos que esse projeto é fruto de uma longa relação construída com o território de Manguinhos e seus moradores. Desde 2010 a FASE RJ vem atuando no complexo de Manguinhos, e nesse período desenvolveu ações voltadas para o acesso à Justiça e a defesa dos Direitos Humanos das juventudes (2010), oficinas de cartografia social sobre impactos da militarização com mulheres (2014), formação para defensoras de Direitos Humanos (2015), oficinas de cartografia social sobre violência de gênero cometidas por agentes estatais armados (2016 -2017) e atividades culturais, sempre em parceria com as organizações e movimentos sociais locais. Nesse sentido, o projeto **“Se Liga no Território!”** é mais uma iniciativa construída de forma compartilhada com dois importantes movimentos sociais que atuam na defesa de direitos dos moradores de Manguinhos e que denunciam as violações cometidas no seu território.

O primeiro deles é o Fórum Social de Manguinhos (FSM), coletivo criado em 2007 que reúne moradores e trabalhadores de Manguinhos, e que tem como missão a defesa da cidadania ativa dos moradores de favelas e luta pela garantia de seus direitos. O movimento atua na denúncia e combate às violações, principalmente aquelas cometidas pelos agentes do Estado. Desde a implementação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), passando pelas políticas de “pacificação”, o FSM luta para que Manguinhos seja um lugar onde seus moradores possam viver com dignidade.

De acordo com dados do  
**2º Boletim Socioepidemiológico  
Covid-19 nas Favelas, elaborado  
pelo Observatório COVID-19/  
Fiocruz, quase a metade (48,19%)  
dos óbitos registrados entre  
22 de junho a 28 de setembro  
de 2021 no município do Rio de  
Janeiro era de pessoas negras.**

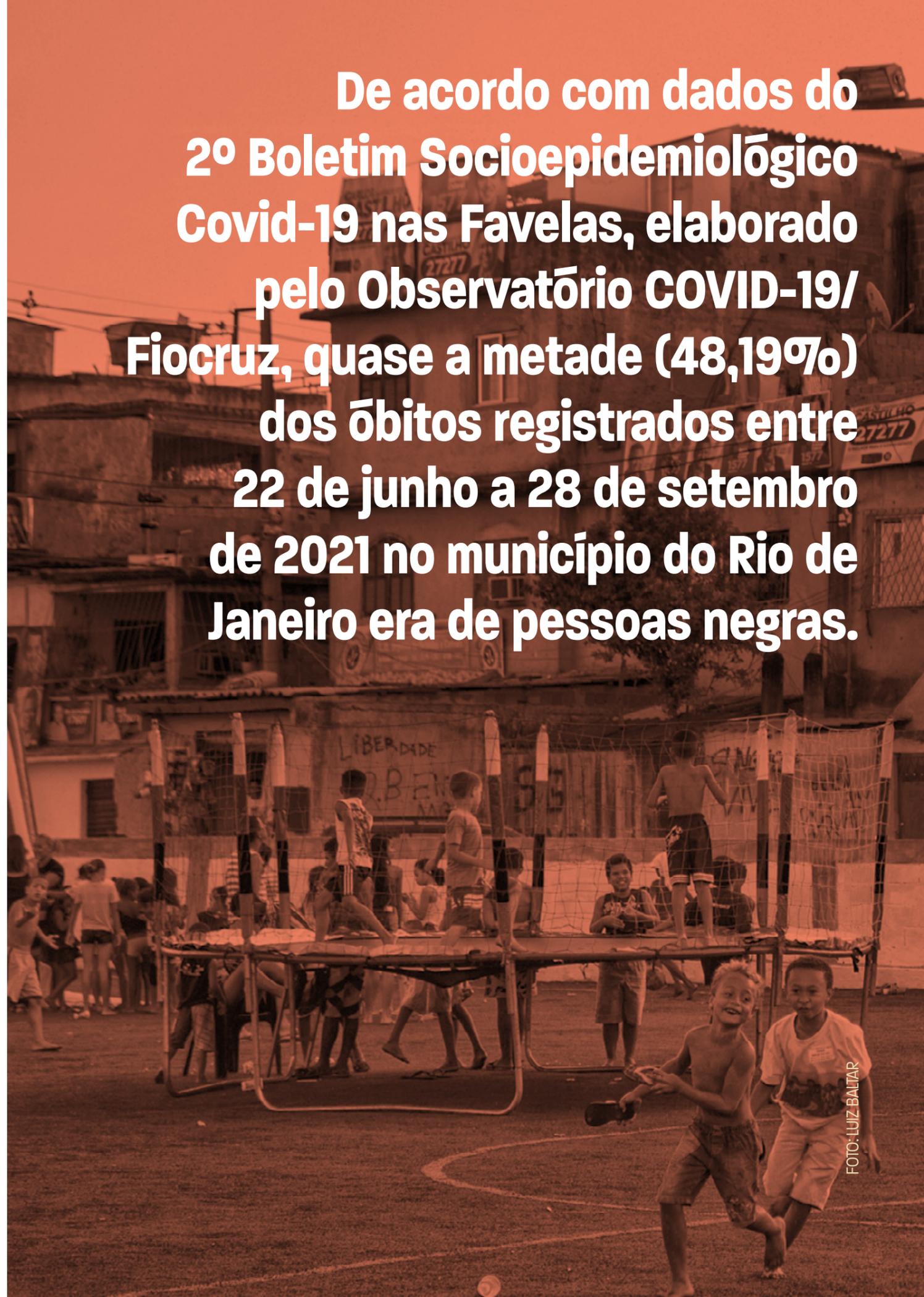


FOTO: LUIZ BALTAR

O segundo é o movimento Mães de Manguinhos, formado em 2014, quando duas mães da favela de Manguinhos, Fátima Pinho e Ana Paula Oliveira, têm seus caminhos cruzados após os assassinatos de seus filhos por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da área. O filho de Fátima, Paulo Roberto Pinho de Menezes, de 18 anos, foi espancado por policiais até a morte no dia 17 de outubro de 2013, e o filho de Ana Paula, Johnatha de Oliveira, de 19 anos, foi assassinado com um tiro nas costas no dia 14 de maio de 2014, disparado por um policial que já respondia a processo por triplo homicídio e outras duas tentativas de homicídios. Fátima foi a principal testemunha do caso de Johnatha e assim as duas mães se conheceram e começaram a lutar juntas.

As favelas do Rio de Janeiro, além de concentrarem parte significativa da população mais empobrecida da cidade, também são os locais onde as violações cometidas por agentes de segurança pública são mais recorrentes, como atesta a trajetória dos movimentos sociais parceiros deste projeto. Esta constatação está presente nos relatos cotidianos de violações de direitos e violências cometidas por agentes do Estado e nos informa a existência de inúmeras práticas e procedimentos adotados para controlar e coagir violentamente os moradores de favelas.

Contudo, estas narrativas não ganham destaques nas pesquisas e relatórios como conhecimento socialmente relevante. As experiências dos moradores de favelas são sempre mediadas por pesquisadores externos, e na opinião pública possuem menor credibilidade. Por esse motivo, um dos principais objetivos do **“Se Liga no Território!”** foi elaborar uma contranarrativa sobre a violência nas favelas tendo como protagonistas seus jovens moradores, alvos preferenciais da incriminação, das técnicas de morte, do encarceramento e do genocídio negro em curso.

Nesta publicação falamos sobre sequestro e invasão de casas, abordagens feitas a jovens, mulheres e aqueles que passaram pelo sistema prisional ou socioeducativo, falamos também sobre as diferentes formas de controle da circulação e de incriminação como técnicas adotadas pelos agentes estatais. Também debatemos como a sobreposição de iniquidades foi aprofundada durante a pandemia, tornando ainda mais complexo o cenário de violência institucionalizada.

Desejamos que a leitura deste material inspire novos trabalhos e reflexões coletivas pautadas na potência das favelas e periferias deste país.

## Esquemáticamente, a publicação está dividida em 3 partes:

1

A primeira, composta pela *Nota Metodológica*, é onde apresentamos as escolhas políticas e pedagógicas adotadas para a realização do processo formativo das(os) jovens e do trabalho de pesquisa.

2

A segunda parte apresenta as temáticas do trabalho desenvolvido no Ano I do *“Se Liga no Território!”* (2020): **Manguinhos e a luta constante contra a violência policial**, com reflexões sobre a formação socioterritorial de Manguinhos e os fatos que marcam sua história de luta contra a violência policial e institucional; **ADPF das Favelas e os movimentos contra a violência**, que debate a importância das favelas e periferias para a redução histórica no número de homicídios cometidos por policiais e a histórica luta dos movimentos sociais em defesa da vida; **Nem fome, nem tiro – iniquidades e Covid-19 nas favelas** traz o relato sobre os impactos da pandemia na dinâmica nas favelas, deixando patente o quadro de violações cometidas pelo próprio Estado; e **Racismo, guerra às drogas e LGBTQIAP+fobia: narrativas das juventudes** que trata dos diferentes tipos de discriminações que ocorrem diariamente nas favelas.

3

A terceira parte da publicação apresenta as atividades e resultados do processo de pesquisa realizado no Ano II (2021). As informações foram levantadas de forma quantitativa por meio de um questionário aplicado junto aos jovens moradores das favelas e, de forma qualitativa, através de grupos focais com jovens e profissionais de saúde e educação dos equipamentos públicos que atendem aos territórios participantes.

# Parte I

## Nota Metodológica

A FASE, ao longo de sua história, tem desenvolvido metodologias que unem os saberes de movimentos sociais e educadores para construção de processos formativos e de incidência política. Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, temos apostado na produção de conhecimentos críticos sobre o modelo de sociedade desigual e excludente brasileiro.

Nas áreas urbanas, a FASE tem apostado na crítica à forma de produção das cidades que priva os seus moradores de direitos básicos e promove o avanço da privatização dos espaços públicos e o controle violento das favelas e periferias. Essa compreensão parte do diálogo constante com os movimentos sociais, a exemplo da publicação “A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades”, apoiada pela Fundação Rosa Luxemburgo, resultado de um intenso processo de oficinas realizadas com universidades, movimentos sociais e coletivos de diferentes regiões urbanas do país, que juntos refletiram sobre suas formas de atuação e narrativas na cidade.



FOTO: AGÊNCIA BRASIL - EBC



APONTE SUA CÂMERA PARA O QR-CODE E ACESSE A PUBLICAÇÃO “A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS: DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES”

O desenvolvimento de uma ação de formação e pesquisa sobre violência estatal surgiu da constatação de como os atuais dados sobre segurança pública descrevem com poucos detalhes as práticas de violação que acontecem diariamente nas favelas, ou quando elas aparecem nessas narrativas, nunca são descritas pelos sujeitos violados. Nesse sentido, a metodologia que adotamos para a realização do “*Se Liga no Território!*” se inspira nos exemplos de produção compartilhada de conhecimento e nas perspectivas da pesquisa militante e pesquisa-ação. Optamos por um trabalho que unificasse formação, produção de metodologias e produção de dados, por acreditarmos que a produção de conhecimentos horizontalizada reflete os valores e as lutas que temos apoiado.

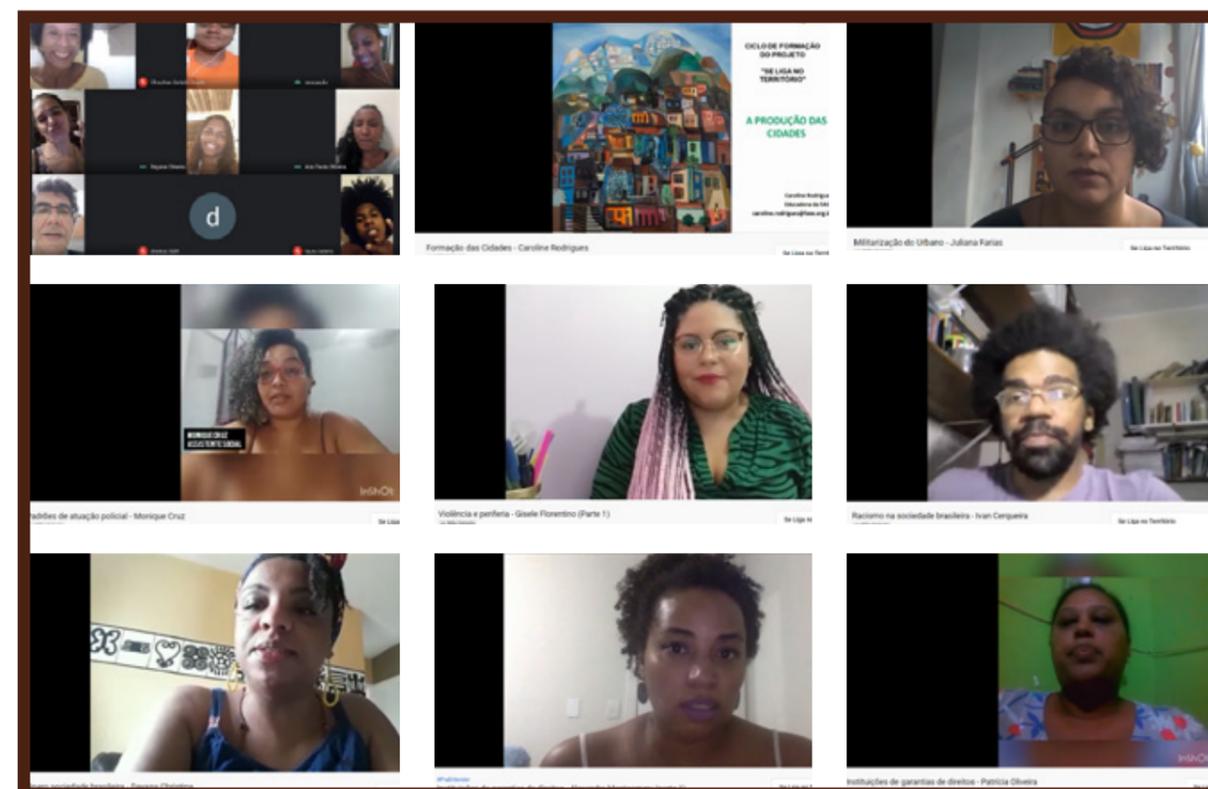
Assim, no Ano I foram realizadas as seguintes atividades:

- i. Criação de coletivo de gestão formado pelos movimentos Fórum Social de Manguinhos, Mães de Manguinhos e FASE RJ, voltado para a elaboração e organização de todas as atividades;
- ii. Formação técnica e política de 10 moradoras(es) de Manguinhos;
- iii. Desenvolvimento e aplicação de metodologia participativa de pesquisa sobre violência institucional em favelas;
- iv. Atividade de pesquisa participativa, através da coleta e tratamento de dados qualitativos primários sobre segurança pública e violência estatal;
- v. Encontros periódicos de avaliação da pesquisa e análise de dados.

O grupo de 10 moradores de Manguinhos foi formado por sete jovens e três integrantes do movimento Mães de Manguinhos que participaram do processo formativo como etapa preparatória para o trabalho de supervisão. Foram selecionados 4 jovens homens e 3 jovens mulheres, todas/os entre 18 e 29 anos, se autodeclaravam negras/os, cisgêneros e heterossexuais e possuíam como pré-requisito boa capacidade de escrita. Em comum, todas/os as/os selecionados já haviam passado por alguma situação de violência nas favelas de Manguinhos. Esse perfil de jovens e os relatos fornecidos por eles durante o processo seletivo serviram de base para a definição dos conteúdos prioritários do ciclo de formação.

A partir de debates com o coletivo de gestão estabelecemos a dinâmica para realização das atividades do projeto. As(os) participantes tiveram acesso ao conjunto de 9 vídeos de 15 minutos cada um, disponibilizados semanalmente de acordo com os temas da formação. Os facilitadores de cada vídeo foram convidados por sua especialização e por sua experiência

de incidência política no tema abordado. Trabalhamos com os seguintes temas prioritários: produção das cidades, militarização do urbano, formação das favelas, racismo, gênero, atuação policial, instituições de garantia de direitos. Além disso, a formação também incluiu conteúdos sobre metodologias de pesquisa, ferramentas de comunicação e proteção de dados.



REUNIÕES VIRTUAIS DO CICLO DE FORMAÇÃO

Durante o processo de formação, as(os) participantes responderam semanalmente um conjunto de 4 questões sobre o conteúdo de cada videoaula. Também ocorreram encontros virtuais semanais, com duração de 2 horas para debater e aprofundar os conteúdos dos vídeos, tirar dúvidas e avaliar as atividades desenvolvidas pelas(os) participantes. Como etapa final da formação, as(os) participantes também iniciaram a redação de diários de campo, um instrumento de análise e reflexão sobre os conteúdos da formação e que foi adotado como principal atividade do trabalho de pesquisa.



Considerando os dados quantitativos sobre violência policial<sup>1</sup>, onde **74,3% das vítimas de intervenções policiais são jovens e destes 79,1% são negros<sup>2</sup>**, tê-los como principais produtores de conhecimentos inverte a lógica institucionalizada e reificada pela mídia de estereotipar jovens moradores de favelas como criminosos ou vítimas que precisam atestar sua inocência.

O trabalho supervisionado por mulheres que tiveram filhos assassinados por agentes policiais ou violentados em instituições do Estado **permitiu o diálogo geracional e a troca de experiências sobre diversos aspectos dos temas da pesquisa.**

Trabalhar com jovens que já passaram pelo sistema de socioeducação ou prisional **possibilitou ampliar a compreensão sobre os aspectos estruturais que determinam o encarceramento da juventude negra e periférica.**

Após o processo formativo, as integrantes do coletivo Mães de Manguinhos assumiram a tarefa de monitoria, responsáveis por estabelecer o diálogo constante com as(os) participantes, fazer o acompanhamento semanal das atividades e tirar dúvidas mais imediatas sobre as atividades propostas, estratégia que possibilitou um rico processo de troca geracional entre jovens e mulheres adultas, bem como de compreensão da violência estatal a partir da troca entre jovens negros de favelas e mães de vítimas da violência policial.

Além de preparar os e as jovens para o trabalho de pesquisa, o ciclo de formação do **“Se Liga no Território!”** foi essencial para a elaboração da metodologia que adotamos durante a realização pesquisa. Essa metodologia incluiu o preenchimento de um formulário elaborado pelo coletivo de gestão para compreender a percepção das(os) participantes sobre abordagens policiais em favela. Através dele foi possível identificar que:

- Amigos, vizinhos e familiares são as principais fontes de informação e as mais confiáveis sobre violência policial;
- Geralmente as informações veiculadas na mídia sobre incursões policiais na favela destoam daquelas obtidas com os moradores da favela;
- As principais formas de intimidação das forças policiais contra os moradores de favelas incluem xingamentos, ameaças de vida e atos de incriminação;
- Apesar de as abordagens policiais ocorrerem em diferentes espaços da favela, a casa é alvo constante da violência policial;
- O relato das testemunhas é uma das principais provas das abordagens policiais nestes territórios.

Partindo dessas respostas, elaboramos o plano de trabalho que foi executado durante o desenvolvimento da pesquisa. A dinâmica dessa nova etapa incluiu a coleta de dados diversos e a realização de encontros quinzenais para debate e análise dos materiais. O trabalho de pesquisa foi realizado em três meses, mantendo nos dois primeiros a periodicidade quinzenal das atividades síncronas e assíncronas. Alguns temas foram eleitos como prioritários durante a pesquisa, considerando o contexto da pandemia de Covid-19 e a necessidade de ampliar o olhar sobre outras formas de violência: ADPF 635, reconhecimento socioespacial do complexo de Manguinhos, efeitos da pandemia do novo coronavírus, descriminalização das drogas e seus impactos nas favelas, violências de gênero e raça.

No final do segundo mês de pesquisa, realizamos uma reunião presencial com duração de 4 horas, precedida de avaliação do coletivo de gestão sobre a escolha do local, análise da condição de saúde das(os) participantes e respeito às normas sanitárias. Esta atividade estabeleceu como dinâmica final da pesquisa o trabalho em dupla. Com base nos temas elencados anteriormente, as(os) jovens trabalharam na produção de conteúdos em formatos diversos, que foram apresentados e debatidos nos encontros virtuais da pesquisa e fazem parte desta publicação.



#### Monitoramento de redes sociais e sites de notícias

Com o objetivo de acompanhar as ocorrências de casos de violência policial e outras violências correlatas no território de Manguinhos e seu entorno.

#### Identificação de interlocutores privilegiados

As (os) pesquisadores identificaram em sua rede de relações pessoas que pudessem fornecer informações precisas sobre os casos de violência em Manguinhos e colaborar com a coleta de dados primários. Nenhum dos interlocutores foi nominalmente identificado.

#### Diário de campo

Definido como principal instrumento da pesquisa, o diário foi construído de acordo com temas pesquisados em cada semana, contendo prioritariamente os seguintes itens: identificação do fato, caracterização dos atores envolvidos, descrição detalhada dos acontecimentos, registros de imagem, áudio e/ou foto (quando pertinente), avaliação do pesquisador e materiais secundários sobre o fato (quando pertinente).

#### Participação em atividades que dialogam com a pesquisa

Para colocar as(os) jovens pesquisadores em contato com temas relacionados com o projeto, periodicamente o coletivo de gestão indicou lives, debates e participação supervisionada em reuniões e atividades de movimentos sociais, que deveriam ser registradas com o mesmo detalhamento do diário de campo.

Já no Ano II, a partir da experiência anterior, foi possível expandir o escopo do **“Se Liga no Território!”** tanto territorial, quanto do ponto de vista de sua proposta.

A primeira ação, já encaminhada pelo coletivo de gestão do projeto, foi realizar o processo seletivo das e dos jovens integrantes. Partindo da

experiência do Ano I, a proposta foi manter alguns jovens já vinculados e, ao mesmo tempo, convidar outras e outros jovens que participaram de ações executadas pela FASE RJ. Também foram acionados lideranças e ativistas de Direitos Humanos em territórios de favelas e periferias para que indicassem jovens de seus territórios. A proposta de conectar jovens de distintas favelas com diferentes experiências de militância e engajamento buscava promover uma troca que potencializasse as ações dos próprios jovens nos seus territórios. Assim, foram selecionados 7 jovens, dos quais 3 pertencentes ao complexo de Manguinhos (sendo 2 participantes do Ano I e 1 nova integrante), 1 do complexo da Maré, 1 de Acari e 1 da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana. O grupo do Ano II foi formado por 4 jovens mulheres e 3 jovens homens, todas/os as/os se autodeclaravam negras/os, cisgêneros e uma das participantes se reconhecia como lésbica. No processo de seleção, identificamos que um dos jovens postulantes possuía conhecimentos estatísticos e domínio de ferramentas de análise quantitativa, sendo convidado a integrar a equipe como apoio para análise de dados. A monitoria dos jovens seguiu sob a responsabilidade do coletivo Mães de Manguinhos e do Fórum Social de Manguinhos.

Após a seleção, foram realizadas as seguintes atividades no Ano II:

- i. Formação técnica e política para os 10 integrantes do Ano II, realizada através do Curso de Extensão “Se Liga no Território: juventudes, Covid-19 e Direitos Humanos nas favelas do Rio de Janeiro”, em parceria com o Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
- ii. Definição dos temas e instrumentos de pesquisa a serem aplicados com os jovens dos territórios;
- iii. Aplicação dos questionários e realização dos grupos focais para identificar o perfil socioeconômico, os impactos da Covid-19 e da violência institucional no cotidiano de jovens moradores de favelas;
- iv. Encontros periódicos de avaliação da pesquisa e análise de dados.

Cabe salientar que dentro da proposta de expandir as ações do **“Se Liga no Território!”** foi estabelecido a parceria com o Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ), que propiciou realizar a formação como atividade de extensão da Universidade. Assim, foi possível abrir a formação para um público maior, com o objetivo de promover a liderança de jovens

através do debate sobre o tema dos Direitos Humanos, contribuindo para a construção de estratégias que garantam o seu acesso, bem como para a disseminação de ações de combate às suas violações. Nesse sentido, o Curso de Extensão “Se Liga no Território: juventudes, Covid-19 e Direitos Humanos nas favelas do Rio de Janeiro” buscou reunir diferentes tipos de saberes – da academia, dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil – para a produção e disseminação de informações qualificadas que pudessem contribuir para mitigar a transmissão da Covid-19 e as violações de direitos que ocorrem em territórios de favelas e periferias.

As inscrições foram abertas com o público-alvo composto, preferencialmente, por jovens (18 a 29 anos), negras e negros, moradoras/es e/ou oriundas/os de favelas e periferias, com, no mínimo, o ensino médio completo. A divulgação foi promovida por meio virtual, através das redes sociais das instituições, organizações e coletivos parceiros, e aplicativos de mensagens instantâneas para grupos de lideranças, militantes e defensores de Direitos Humanos atuantes em favelas e periferias.

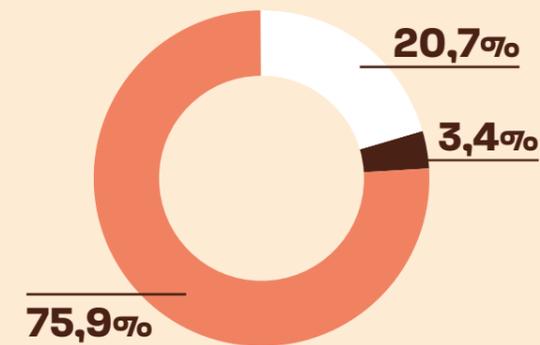


CURSO DE EXTENSÃO “SE LIGA NO TERRITÓRIO: JUVENTUDES, COVID-19 E DIREITOS HUMANOS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO”

**Ao todo, foram realizadas e aprovadas 26 inscrições. Outras 10 vagas foram ocupadas pelos integrantes do “Se Liga no Território!”.**

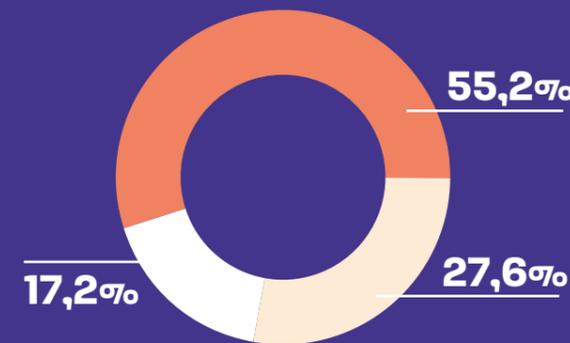
Com base nas informações disponibilizadas no formulário de inscrição, encontramos o seguinte perfil dos inscritos para as vagas “abertas”.

Com relação à idade, **42% dos inscritos estavam na faixa dos 18 aos 24 anos, 27% na faixa entre 25 e 29 anos e 31% têm mais de 29 anos.**



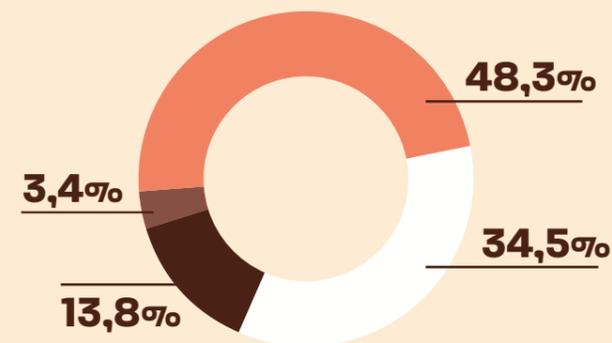
**Do ponto de vista do gênero, a maioria das inscrições foi de mulheres.**

- Mulher Cis
- Homem Cis
- Mulher Trans



**Em relação à cor/raça/etnia, 88% eram negros, a soma de pretos e pardos.**

- Preta
- Parda
- Branca



**48% dos inscritos possuíam ensino superior completo e outros 34% estavam com o ensino superior em andamento.**

- Ensino Superior completo
- Ensino Superior incompleto (andamento)
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto (abandono)

Em termos de território, 76% eram da cidade do Rio de Janeiro ou da Região Metropolitana. Os outros 24% eram da cidade de Campos dos Goytacazes e dos estados do Espírito Santo, Goiás e Pernambuco. Em sua maioria, os/as participantes são moradores/as de favelas e periferias, são oriundos/as ou possuem atuação nesses territórios.

Cerca da metade dos inscritos possuía algum vínculo com coletivo ou movimento social, com atuação em diferentes campos de luta (movimento de favelas, movimento negro, movimento de mulheres/feministas, movimento LGBTQIAP+, movimento estudantil, movimentos de base territorial, entre outros). E 65% afirmaram já possuir experiência anterior com projetos sociais ou de pesquisa.

Com 36 participantes, a formação foi realizada através do aplicativo Zoom, entre 20 de julho e 31 de agosto de 2021, sempre às terças-feiras, das 19h às 21h. Foram 7 sessões, com momentos síncronos (discussão online) e assíncronos (com apoio de materiais, como vídeos e textos). Para dinamizar os encontros síncronos, foram convidados pesquisadoras e pesquisadores para discutir e debater os seguintes temas:

**Sessão 1** - Apresentação do curso e Metodologia básica de pesquisa. Convidada: Lia Rocha - professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) e coordenadora do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ).

**Sessão 2** - Produção das cidades e Militarização do urbano. Convidado: Jonathan Willian B. da Motta - cientista social, doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP) e pesquisador do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ).

**Sessão 3** - Metodologia de pesquisa online e segurança da informação. Convidada: Amarela - pesquisadora de cuidados digitais e bolsista da Mozilla na área de Tecnologia e Sociedade.

**Sessão 4** - Violência e periferia - Padrões de atuação policial. Convidada: Monique Cruz - assistente social, doutoranda em Serviço Social (ESS/UFRJ), pesquisadora da Justiça Global e membra do Fórum Social de Manginhos.

**Sessão 5** - Racismo e gênero. Convidada: Silvia Aguião - doutora em Ciências Sociais (UNICAMP) e pesquisadora nas áreas de sexualidade, gênero e raça em suas interfaces com sociabilidade, políticas e direitos, movimentos sociais e processos de Estado.

**Sessão 6** - As favelas cariocas enfrentam a COVID. Convidado: Alexandre Magalhães - professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Sessão 7** - Encerramento e avaliação do Curso de Extensão.

Ao final foi fornecido certificado de extensão com total de 28 horas de atividades para aqueles participantes que concluíram a formação com, no mínimo, 75% de presença.

Ainda durante o processo de formação, os/as jovens integrantes do **“Se Liga no Território!”**- Ano II iniciaram a construção do plano de trabalho que foi executado durante o desenvolvimento da pesquisa. Durante os 10 (dez) encontros, realizados quinzenalmente de forma síncrona entre os meses de agosto e novembro de 2021, os principais interesses do grupo, as principais questões, metodologias e instrumentos foram sendo definidos até que se chegasse na proposta final, que buscou visibilizar através dos números (formulário) e dos relatos de experiências (grupos focais) as violências e violações cotidianas enfrentadas por jovens moradores de favelas e periferias.



### Questionário

Construído a partir dos interesses e temas definidos coletivamente, o questionário foi dividido em três blocos, totalizando 38 questões: perfil socioeconômico, impactos da pandemia e abordagem/operação policial. Através do instrumento, procurou-se construir um panorama quantitativo dos desafios enfrentados pela juventude favelada na atualidade, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19 e o histórico processo de violência policial que vitimiza preferencialmente o grupo-alvo da pesquisa. Foram aplicados 65 questionários com jovens de 18 a 29 anos dos 4 territórios representados no grupo: Mangueiras, Complexo da Maré, Acari e Ladeira dos Tabajaras.



### Grupo focal

Instrumento qualitativo proposto para dar maior visibilidade às condições de vida e situações de violação de direitos enfrentada por jovens moradores de favelas, assim como refletir sobre os impactos da violência policial nos territórios para os serviços de saúde e educação. Para isso, foram realizados 3 grupos focais: 2 deles com jovens de 18 a 29 anos moradores dos territórios pesquisados, e 1 com profissionais da área da saúde e da educação dos equipamentos localizados nas favelas, preferencialmente trabalhadores jovens e moradores da área.

## Educação Popular em tempos de pandemia

Por último, cabe ressaltar que a realização do **“Se Liga no Território!”** foi concebida em dezembro de 2019 e suas ações começaram a ser desenhadas no primeiro trimestre de 2020 pelo coletivo de gestão. Com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em meados de março de 2020, inúmeras dinâmicas de organização da vida social foram alteradas. A premissa do isolamento social e a necessidade de adaptação das atividades presenciais para o meio virtual modificou a rotina de educadores, estudantes, professores, coletivos, grupos, movimentos sociais etc., que num curto espaço de tempo viram-se obrigados a readequar suas formas de organização e atuação.

Esta mudança alterou significativamente as ações planejadas para a realização da proposta, e nesse processo de adaptação, enfrentamos alguns desafios. O primeiro deles foi a opção por manter as práticas dos agentes de segurança pública como um dos focos principais do trabalho. Mesmo com

a necessidade de isolamento social, que em tese levaria à diminuição das incursões policiais nas favelas, o coletivo de gestão avaliou que a violência policial não diminuiria, mas que suas práticas poderiam sofrer modificações.

Essa aposta mostrou-se acertada em virtude dos casos bárbaros de violência policial que ocorreram nos meses seguintes. Entre os dias 15 e 21 de maio de 2020, 13 pessoas foram mortas numa chacina no complexo do Alemão, dois jovens foram mortos durante a entrega de cestas básicas nas favelas Cidade de Deus e Providência e um jovem de 14 anos foi morto dentro de casa, com mais de 70 tiros, e teve seu corpo removido por um helicóptero sem nenhuma informação dada a sua família.

Portanto, investigar as ações violentas cometidas por agentes de segurança pública colaborou para identificar como a violência policial continuou ocorrendo num contexto de crise sanitária e humanitária global. Por esse motivo, os impactos da Covid-19 nas rotinas dos moradores de favela também passaram a fazer parte dos dados coletados nas atividades de pesquisa, seja para identificar outros tipos de violência ou para comparar o atual momento com o anterior à pandemia.

O segundo desafio foi organizar o processo de formação totalmente de forma remota, que conseguisse ser pedagógico e gerar um processo de aprendizado próximo do que ocorre nos encontros presenciais. Essa adaptação exigiu o trabalho de elaboração de uma proposta pedagógica que mesclou atividades síncronas e assíncronas – uso de ferramentas audiovisuais, a realização de reuniões por meio de plataformas virtuais, a produção de relatos de experiência, diálogos constantes por redes sociais, reuniões de monitoria, etc. –, medidas que foram fundamentais para a escrita deste material de metodologia de pesquisa.

O aprendizado adquirido a partir da experiência do Ano I permitiu que durante o Ano II, considerando que o contexto da pandemia de Covid-19 perdurou em 2021, a dinâmica de atividades síncronas e assíncronas fossem aprimoradas, tanto do ponto de vista metodológico quanto da promoção da visibilidade das ações e atendimento das questões trazidas pelo grupo de jovens pesquisadores/as. Também com relação à pandemia e suas consequências materiais e psicossociais, o Ano II consolidou a parceria do **“Se Liga no Território!”** com o Núcleo Trabalho Vivo, do Instituto de Psicologia da UFRJ, para encaminhamento de questões ligadas à saúde mental dos/as jovens pesquisadores/as. Como uma das principais demandas relacionadas à violência estatal é o sofrimento/adoecimento psíquico, um dos encontros foi dedicado à reflexão sobre essa dimensão fundamental da vida.

**As experiências dos moradores de favelas são sempre mediadas por pesquisadores externos, e na opinião pública possuem menor credibilidade.**

FOTO: AGÊNCIA BRASIL - EBC

## Parte II - Ano I

### Manguinhos e a luta constante contra a violência policial

O bairro de Manguinhos, criado por decreto em 1981, é constituído por 12 favelas, mas o seu território é formado por um complexo de 16 favelas. Os últimos dados disponíveis apontavam que o bairro possuía cerca de 36.160 residentes e o complexo cerca de 50 mil. Por ser um dos mais populosos complexos de favelas da zona norte, próximo da Avenida Brasil, Linha Vermelha e da Linha Amarela, principais vias de entrada e saída da cidade, é uma localidade que sempre recebeu políticas e programas de segurança pública implementados ao longo das últimas décadas. No início dos anos de 1990, a gestão do governador Leonel Brizola instalou os Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC) com o objetivo de fornecer diferentes tipos de serviços através da ação conjunta das polícias civil e militar, defesa civil, defensoria pública e o poder judiciário. Sua instalação em Manguinhos esteve diretamente relacionada com o aumento dos conflitos violentos no local.

Nesse período, as matérias jornalísticas sempre mostravam as favelas de Manguinhos como locais onde eram feitos os cativeiros para as vítimas de sequestros, episódios de trocas de tiros entre traficantes e policiais, e por esse motivo, eram alvos constantes de incursões policiais. Um caso que marcou esse período foi o desaparecimento do funcionário da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Jorge Careli no ano de 1993, que segundo testemunhas, foi espancado e levado por policiais da Delegacia Antissequestro. Essa associação simbólica das favelas de Manguinhos com a violência foi muitas vezes utilizada para justificar a saída de muitas empresas que possuíam plantas na região, no entanto alguns pesquisadores afirmam que a crise econômica do período foi o fator determinante para que muitas plantas de fábricas e empresas abandonadas fossem ocupadas como locais de moradia.

No início dos anos 2000 duas ruas importantes que ficam no entorno de Manguinhos ganharam apelidos que fizeram o complexo de favelas ser ainda mais associado à violência. A esquina da Avenida Dom Helder Câmara com a Avenida dos Democráticos passou a ser chamada de “esquina do medo” por ser o caminho em que circulavam os “bondes” de traficantes

das favelas de Manguinhos e do Jacarezinho. O segundo local apelidado foi a Rua Leopoldo Bulhões, que por causa dos intensos tiroteios passou a ser chamada de “faixa de gaza”. Segundo relatos dos moradores, o então governador Anthony Garotinho foi o responsável por esse apelido.

A identificação como local perigoso e violento da cidade, os intensos casos de tiroteio e incursões policiais fizeram com que os moradores e trabalhadores de Manguinhos criassem iniciativas de reação a essa onda de criminalização. Em 2004 a Agenda Redutora da Violência foi criada com a participação de moradores, lideranças comunitárias e trabalhadores da Fiocruz que se reuniam semanalmente para analisar o quadro de violência existente em Manguinhos e propor soluções. Este grupo ainda teve como mecanismo de atuação a constituição de um grupo de e-mails, que na época funcionou como importante canal de trocas de informações.

Esse mesmo grupo organizou um evento chamado “Caminho da Paz com Garantia de Direito”, uma espécie de ocupação da Rua Leopoldo Bulhões com diversas atividades para mostrar que naquele espaço existiam iniciativas culturais, empresas públicas e privadas e não somente violência. O evento teve edições em 2004 e 2005 e posteriormente em 2012 e 2015, sempre como uma reação a momentos de extrema violência no território. Em 2006, quando novamente ocorriam intensas trocas de tiros em Manguinhos foi criado o Fórum de Ação Contra Violência da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (ENSP) como resposta às sugestões de blindagem da escola, que fica localizada próximo à Rua Leopoldo Bulhões. Nesta iniciativa, trabalhadores e moradores se reuniam semanalmente para promover debates, exibição de vídeos, construção de documentos, articulações com o poder público e eventos que pudessem intervir nos determinantes sociais da violência em Manguinhos.

Esse histórico mostra como a pauta da violência sempre foi debatida pelos moradores, tanto que em diferentes momentos conseguiu unificar grupos e mobilizar a população para enfrentar o problema. No final da primeira década dos anos 2000, um novo programa de segurança chamado de “pacificação” é iniciado no Rio de Janeiro. Através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) o governo do estado começa em 2008 uma proposta que pretendia revolucionar a segurança pública. Com a promessa de ser uma polícia de proximidade, que dialoga com a população e que abre caminho para investimentos sociais nas favelas, as UPPs foram implementadas em 38 favelas do estado. Nos primeiros anos, o programa conseguiu reduzir o número de homicídios e tiroteios, o que gerou na população em geral uma falsa sensação de segurança.

A UPP atuou de forma diferente em cada favela, mas a violação de direitos sempre foi uma prática comum a todas elas. Desde o início do programa, moradores de favelas fizeram críticas sobre a maneira como as UPPs entravam em seus territórios, proibindo festas e bailes, decidindo todos os aspectos do cotidiano, cometendo excessos e abusos de autoridade. Não demorou mais do que cinco anos para que o programa mostrasse suas falhas. Os investimentos na manutenção das unidades nas favelas diminuíram, os tiroteios retornaram e casos de morte cometidos pelos agentes da UPP voltaram a acontecer. O caso mais conhecido foi o do pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha, que no ano de 2013 desapareceu depois de uma abordagem de policiais da UPP.



CAMINHADA PELO DESAPARECIMENTO DE AMARILDO. FOTO: AGÊNCIA BRASIL - EBC

Em outubro de 2012 o complexo de Manguinhos é ocupado pelas forças da polícia militar e da marinha, como uma etapa preparatória para a instalação das bases da UPP. Manguinhos recebeu a 29ª unidade do programa, que foi inaugurada em janeiro de 2013. Dois meses depois da inauguração, um jovem de 16 anos morreu em decorrência de arma de eletrochoque por policial da UPP Manguinhos. Esse e outros casos de mortes que ocorreram depois da chegada da UPP em Manguinhos mostraram que a “pacificação” foi mais um projeto voltado para a coerção violenta dos moradores de favelas e com claros interesses eleitoreiros, já que as unidades do programa começaram a ser instaladas após a divulgação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e tiveram apoio reforçado após a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Imediatamente após o fim desses megaeventos esportivos, as UPPs começaram a apresentar inúmeros problemas, tiveram recursos financeiros descontinuados e unidades do programa foram encerradas.



BANDEIRA DAS MÃES DE MANGUINHOS COM FOTO DOS JOVENS ASSASSINADOS

As UPPs tinham como proposta uma polícia que fosse atrelada ao desenvolvimento social dos territórios de favelas, mas em Manguinhos, assim como em outros locais, esse objetivo foi deixado de lado em favor do medo e do terror. Os moradores de Manguinhos reconhecem que a falta de políticas públicas, baixa qualidade de vida e continuidade da violência policial são faces da mesma moeda, pois todas essas violências são cometidas pelo Estado. Várias dessas violências que ocorreram nos últimos anos foram sistematizadas durante o trabalho de pesquisa e aparecem em uma linha do tempo:



FOTO: RAFAEL DAGUERRE/MÍDIA1508

# Linha do Tempo

**06/12/2010**

Sérgio Venâncio, um menino de 10 anos, morreu eletrocutado no conjunto habitacional construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos. O menino foi atingido por uma descarga elétrica ao passar ao lado de um poste. Os prédios foram inaugurados nos anos de 2009 e 2010<sup>3</sup>.

*“Essa é uma violência que o Estado faz contra nós, pois como um conjunto de prédios novos tem postes que estão em curto e tiram a vida de uma criança?”*

JOVEM NEGRA DE 27 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**21/10/2014**

Jonas Rodrigo de 23 anos é baleado por policiais da UPP com um tiro de fuzil na perna, foi agredido e ainda teve que ser socorrido pela família pois os policiais se negaram a ajudar os bombeiros. Jonas teve seu nome vinculado como um suspeito de ter trocado tiros com um agente penitenciário e de tentativa de assalto. Após ter levado o tiro, ficou custodiado no hospital durante 12 dias, até que ficou provado que ele não era culpado. Jonas conseguiu provar sua inocência, mas as sequelas físicas e morais da violência policial permaneceram.

**01/04/2015**

Fátima Pinho e Ana Paula Oliveira, do coletivo Mães de Manguinhos, receberam a Medalha Chico Mendes de Resistência, uma premiação do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro que homenageia pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, por suas lutas na defesa dos direitos, da vida, da liberdade e por uma sociedade plural, fraterna e sem torturas, reafirmando sua dignidade e sua memória<sup>6</sup>.

**30/10/2011**

incêndio na favela do Mandela <sup>34</sup>

*“Em 2011 aconteceu um grande incêndio no Mandela de Pedra que marcou minha vida. Eu e minha família morávamos lá e passamos por muitas dificuldades nesse período por causa do incêndio”.*

JOVEM NEGRA DE 27 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**17/10/2013**

Paulo Roberto Pinho, de 18 anos, foi morto asfixiado dentro de um beco na favela de Manguinhos por policiais da UPP<sup>5</sup>:

*“Os policiais da UPP de Manguinhos decidiram por conta própria acabar com os sonhos desse jovem. Sua mãe, hoje uma das fundadoras do movimento Mães de Manguinhos, lutou, gritou e mostrou que seu filho foi assassinado pela polícia, que ele era inocente. Mas a justiça dos homens não é tão eficaz e os culpados pela morte de Paulo tiveram penas brandas. Mas foram desmentidos na justiça, pois alegavam que Paulo teve um mal súbito, o que foi comprovado pela perícia ser mentira. Temos mais casos como o de Paulo em Manguinhos. Ele não foi o primeiro e infelizmente não será o último”.*

JOVEM NEGRA DE 27 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**08/09/2015**

Policiais da CORE e da UPP entram atirando em Manguinhos e matam Cristian Soares de Andrade, de 13 anos, que estava brincando no campo de futebol. Moradores fizeram protestos e protegeram o corpo para que não fosse retirado sem perícia. Ele foi mais uma criança vítima da violência policial<sup>7</sup>.



**21/05/2015**

Policiais da delegacia de homicídio apreenderam em Manguinhos um jovem suspeito de matar o médico Jaime Gold no Bairro da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro. Para justificar a apreensão sem provas, a mãe do jovem foi criminalizada publicamente como ausente e negligente<sup>8</sup>.

*“Foi o pior dia da minha vida, o dia que “os canas” me pegaram, uma operação com mais de 150 policiais pra me pegar, maior covardia. Contaram muitas mentiras e deixaram minha mãe muito desesperada, muita falta de respeito com ela e com minha irmã.”*

JOVEM NEGRO DE 21 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**25/01/2019**

Carlos Eduardo Lontra, jovem de 27 anos, foi atingido com um tiro no abdômen enquanto retornava do trabalho. Ele foi socorrido na Unidade de Pronto Atendimento (UPA Manguinhos), mas não resistiu aos ferimentos. Moradores relataram que os tiros foram disparados da torre da Cidade da Polícia e atingiram Carlos Eduardo quando ele passava de moto<sup>10</sup>.

*“Manguinhos traz muitas marcas de violência e sangue de jovens... é uma prática comum da nossa realidade.”*

JOVEM NEGRA DE 26 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**08/01/2020**

Durante operação realizada pela polícia militar, a casa de uma jovem de 19 anos é invadida. Policiais bateram na jovem na frente de sua filha, insinuando que ela tinha um marido e que deveria dizer onde ele estava<sup>11</sup>.

**15/02/2018**

Chuvvas fortes do verão geraram enchentes nos rios que cercam Manguinhos. Em algumas regiões, a marca da água atingiu 1,80m. Casas apresentaram rachaduras, ruas ficaram repletas de lixo, muitos moradores perderam seus pertences e pequenos comerciantes perderam mercadorias<sup>9</sup>.

*“Dona Iracema de 75 anos, moradora de Manguinhos, nos relatou que em Manguinhos é terra de água e fogo, pois quando não são os incêndios que destroem os barracos, são enchentes que devastam a favela deixando os moradores sem nada.”*

JOVEM NEGRA DE 27 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

**29/01/2019**

Um morador da favela de Manguinhos saiu para comprar água de coco para seu filho recém-nascido. Enquanto esperava a água de coco, o jovem encostou em um poste para conversar com o amigo, quando repentinamente recebeu um tiro perto de sua costela direita. O tiro atravessou seu corpo sem atingir nenhum órgão vital.

**29/01/2019**

Rômulo de Oliveira da Silva, de 37 anos, foi atingido por um tiro quando passava de moto no mesmo lugar em que Carlos Eduardo foi morto. Ele também foi levado para UPA de Manguinhos, mas não resistiu. Rômulo trabalhava como porteiro na Fiocruz e sua morte gerou revolta e protestos nos arredores de Manguinhos.

**17/05/2020**

Em meio a uma operação policial na favela de Manguinhos tentaram forçar a porta da casa de uma jovem de 26 anos. Ela começou a gritar dizendo que estava sozinha e tomando banho. Ao perceberem que a casa não estava vazia, os policiais foram embora. Na mesma operação destruíram uma barbearia e invadiram outras casas<sup>12</sup>.

*“As operações sempre são bem truculentas. se você precisa trabalhar em dia de operação, você não sabe se sua casa foi arrombada ou suas coisas foram furtadas, é o famoso pẽ na porta que ocorre na favela.”*

JOVEM NEGRA DE 27 ANOS, PARTICIPANTE DA PESQUISA

Os relatos que acompanham cada um desses casos mostram que a violência policial acontece com vizinhos, amigos, parentes e pessoas próximas dos pesquisadores. São violências que se baseiam na total ausência de direitos, no tratamento desumano, na brutalidade e no racismo. As forças de segurança agem no “esculacho”, com o “pé na porta”, perseguindo todo aquele que aparenta ser “suspeito”. Militarizar territórios de favelas torna todas as dimensões da vida e do cotidiano mediadas pelo medo e coerção.

Além disso, a militarização tem avançado na forma como os espaços são ocupados, nos tipos de tecnologia utilizada e nas novas práticas adotadas pelas forças policiais durante incursões em favelas, cada vez mais violentas. Manguinhos passou a ser um local cercado de equipamentos de segurança pública, que ao invés de proteger, colocam a população sob a mira de atiradores de elite que disparam para matar, como aconteceu com Carlos Eduardo e Rômulo.

Quando a morte não chega pela bala do fuzil ela se mantém como um medo constante que aparece em cada abordagem, em cada tentativa de forjar um flagrante, em cada novo procedimento que identifica jovens negros como criminosos. Cria-se uma pedagogia da submissão dos moradores de favelas que é reforçada diariamente. Nesse sentido, a maneira como as forças policiais continuaram aterrorizando as favelas durante a pandemia reflete esse histórico de violações, que enxerga na população negra e pobre os inimigos da sociedade, o mal que precisa ser exterminado.

## Durante o ano de 2020 três jovens negros participantes do “Se Liga no Território!” sofreram abordagens truculentas da polícia.

O primeiro jovem, de 24 anos, foi abordado de forma violenta quando estava indo para o trabalho. Por ser egresso do sistema prisional foi revistado, apanhou e por isso não conseguiu chegar ao seu destino.

O segundo jovem, de 20 anos, estava conversando com dois amigos numa via pública quando uma viatura policial parou para abordá-los. Além de ter sido intimidado, os policiais fotografaram seu documento de identidade e vasculharam as redes sociais que possuía no telefone celular.

O terceiro jovem, de 21 anos, que passou pelo sistema socioeducativo, foi abordado quatro vezes em lugares diferentes da cidade. Em



duas situações, o jovem foi conduzido para a delegacia. Numa dessas abordagens, ocorrida em julho de 2020, o jovem saiu à noite para comprar carne no mercado que fica a poucos metros de sua casa. Assim que chegou próximo do estabelecimento, foi abordado de forma truculenta, sob a acusação de tráfico de drogas. Os policiais conduziram o jovem para a delegacia e apresentaram drogas para forjar uma apreensão. O jovem passou horas na delegacia até ser liberado, enquanto a equipe do “Se Liga no Território!” o esperava para mais um encontro da pesquisa. A equipe só tomou conhecimento dessa abordagem no dia seguinte.

Essas e outras violações de direitos são uma ameaça direta à vida da juventude negra e a qualquer tipo de trabalho que se propõe denunciar violências cometidas pelo Estado. Debates coletivamente todos os casos de violência ocorridos com os jovens e definimos estratégias de segurança física e digital necessárias para garantir a integridade física dos participantes e a continuidade do trabalho. Essas situações também reafirmaram a importância da reflexão crítica e da produção de conhecimento feita pela juventude negra de favela e periferia, na medida em que esse grupo é o que mais sofre com a violência policial e o menos ouvido na construção de soluções.

Olhando para o histórico de algumas políticas de segurança que foram desenvolvidas em Manguinhos, podemos ver que todas elas repetem a mesma fórmula: são estratégias extremamente violentas, que servem para coagir os moradores ou prometem ser pautadas pelo diálogo e participação da população, mas são executadas “de cima para baixo” sem ouvir ou consultar os moradores de favelas.

O período que antecede a pandemia de Covid-19 foi o mais violento de toda a história do estado e foi a marca da gestão do ex-governador Wilson Witzel, que pregava uma política de abate pelas forças policiais. Frases como “A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo” e “Prefiro defender um policial no tribunal do que ir ao funeral dele. Atirou, matou, está correto” ditas pelo ex-governador alimentaram a impunidade das forças de segurança e foram responsáveis pelas 1.814 mortes por intervenção de agente do Estado ocorridas em 2019. Além das mortes em Manguinhos, esse número absurdo inclui a chacina de 15 pessoas no morro do Fallet (08/02/2019), uma operação na Maré com oito mortos (06/05/2019) e a morte da menina Ágatha Félix, de apenas 8 anos no Complexo do Alemão (20/09/2019).

A sociedade civil não ficou parada diante de tantos casos de violência cometidas pelo próprio Estado, e em novembro de 2019 deu início a uma incidência jurídica inédita na história do país, que foi responsável pela diminuição do número de mortes cometidas por policiais em 2020. Essa importante ação, que contou com a participação dos movimentos sociais de Manguinhos, será debatida na próxima seção.



## A violência policial na fala dos jovens

### **Blindado, Caveirão**

nomes usados para o veículo blindado utilizado pela polícia durante as operações.

### **Aguia, Caveirão voador**

nome dado para o helicóptero usado pela polícia em operações. Também pode ser chamado de “besouro”, pelo fato de ser muito grande e preto.

### **Passa a Visão**

termo usado quando uma pessoa quer saber alguma informação, tipo “passa a visão da estrada” para saber o que está acontecendo em determinada localidade, se tiros foram ouvidos, se tem operação policial, etc.

### **Barca**

nome usado para descrever a Blazer, tipo de carro usado pela Polícia Militar.

### **Cana, Vermes, Porcos, os mandados, Pompeu**

nomes usados para descrever os policiais.

### **A bala tá comendo**

expressão usada pra avisar que está acontecendo tiroteio.

### **Lombrado**

palavra usada para descrever a ocorrência de operação policial com uma grande quantidade de policiais.

### **Troia**

palavra usada quando policiais estão escondidos na favela, armando algum tipo de ação de revanche. “Os cana tão de troia”.

### **Palmeiar**

termo usado para indicar a necessidade de averiguar uma situação. “Vou lã dar uma palmeada”.

### **Pê na porta**

termo usado para descrever a invasão de casas de moradores durante operações policiais em favelas.

## ADPF das favelas e os movimentos contra a violência

*“Sangue pelas ruas, morte nas escolas  
Andando na rua com medo até da sombra  
E do nada uma bala perdida te encontra  
Menos empregados, mais insegurança  
Prende um viciado e mata uma criança “*

Nova Colônia - Orochi

PARA ESCUTAR  
A MÚSICA  
ACESSE:



A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, apelidada de “ADPF das Favelas”, surgiu como uma resposta aos diversos casos de violência policial cometidos na gestão de Wilson Witzel. O ex-governador incentivou que policiais cometessem graves violações de Direitos Humanos nas favelas, muitas delas permitidas a partir de leis, como o decreto nº 46.775/2019, que retirou a gratificação para policiais que reduzissem o número de mortes em operações, e o decreto nº 27.795/2001, que permite o uso de helicóptero em situações de confronto armado.

Apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2019, a ADPF das Favelas foi construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e diferentes organizações da sociedade civil que se tornaram *amicus curiae* (amigos da corte), isto é, aquele que fornece informações que ajudam a corte a tomar decisões. Entre essas organizações estão Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, Iser, IDMJR, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimento contra a Violência e as Mães de Manguinhos.

Entre as diversas medidas previstas pela ADPF 635 estão: plano de redução da letalidade com controle externo da atividade policial, plano de redução de danos, proteção de domicílios durante operações policiais, socorro aos feridos e preservação de provas, protocolos para operações próximas de escolas e unidades de saúde, proibição do uso de helicóptero como plataforma de tiro e de terror, transparência das operações policiais, garantia do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e fim do incentivo à letalidade policial.

O primeiro julgamento da ADPF no STF ocorreu em 17 de abril de 2020 e uma das medidas definidas foi a suspensão do uso de helicópteros como plataforma de tiro. No entanto, essa decisão que parecia ser um avanço importante, não foi capaz de conter ações extremamente violentas. Com o agravante da pandemia de Covid-19, os moradores de favelas e periferias, além de serem os mais vulneráveis ao contágio pelo novo coronavírus, continuaram a sofrer com a barbárie cometida pelos agentes de segurança pública.

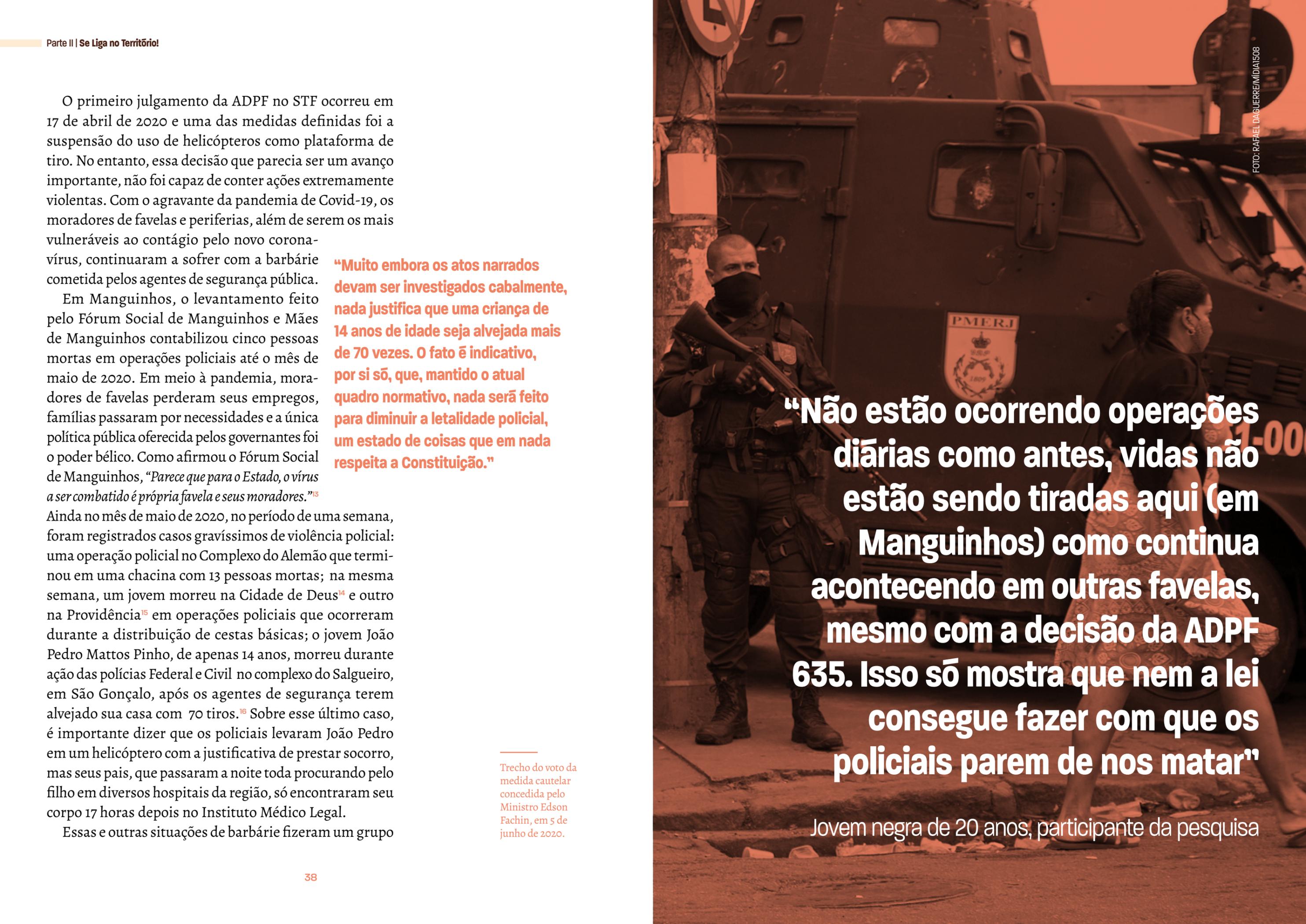
Em Manguinhos, o levantamento feito pelo Fórum Social de Manguinhos e Mães de Manguinhos contabilizou cinco pessoas mortas em operações policiais até o mês de maio de 2020. Em meio à pandemia, moradores de favelas perderam seus empregos, famílias passaram por necessidades e a única política pública oferecida pelos governantes foi o poder bélico. Como afirmou o Fórum Social de Manguinhos, “*Parece que para o Estado, o vírus a ser combatido é própria favela e seus moradores.*”<sup>15</sup>

Ainda no mês de maio de 2020, no período de uma semana, foram registrados casos gravíssimos de violência policial: uma operação policial no Complexo do Alemão que terminou em uma chacina com 13 pessoas mortas; na mesma semana, um jovem morreu na Cidade de Deus<sup>14</sup> e outro na Providência<sup>15</sup> em operações policiais que ocorreram durante a distribuição de cestas básicas; o jovem João Pedro Mattos Pinho, de apenas 14 anos, morreu durante ação das polícias Federal e Civil no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, após os agentes de segurança terem alvejado sua casa com 70 tiros.<sup>16</sup> Sobre esse último caso, é importante dizer que os policiais levaram João Pedro em um helicóptero com a justificativa de prestar socorro, mas seus pais, que passaram a noite toda procurando pelo filho em diversos hospitais da região, só encontraram seu corpo 17 horas depois no Instituto Médico Legal.

Essas e outras situações de barbárie fizeram um grupo

**“Muito embora os atos narrados devam ser investigados cabalmente, nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes. O fato é indicativo, por si só, que, mantido o atual quadro normativo, nada será feito para diminuir a letalidade policial, um estado de coisas que em nada respeita a Constituição.”**

Trecho do voto da medida cautelar concedida pelo Ministro Edson Fachin, em 5 de junho de 2020.



**“Não estão ocorrendo operações diárias como antes, vidas não estão sendo tiradas aqui (em Manguinhos) como continua acontecendo em outras favelas, mesmo com a decisão da ADPF 635. Isso só mostra que nem a lei consegue fazer com que os policiais parem de nos matar”**

Jovem negra de 20 anos, participante da pesquisa

de organizações solicitar ao Ministro Edson Fachin, relator da ADPF 635, a suspensão das operações policiais em favelas durante a pandemia. O pedido foi aceito pelo ministro, e no dia 5 de junho de 2020 as operações foram oficialmente proibidas. O impacto desta medida foi tão significativo que o Rio de Janeiro conseguiu alcançar números nunca vistos no estado. Em apenas um mês de vigência da decisão, as mortes causadas por operações policiais tiveram redução de 70%, queda que também foi acompanhada da redução de crimes contra o patrimônio (39%) e roubo de carros (32%), segundo dados do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – GENI (2020). Por esse motivo, a ADPF das Favelas se tornou uma grande conquista dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência policial, pois conseguiu demonstrar que o problema da violência não se resolve com mais investimento em armas ou ações coercitivas, além de conseguir preservar vidas.



MATÉRIA DO PORTAL IG ÚLTIMO SEGUNDO - 21/08/2020<sup>17</sup>

A fala da jovem pesquisadora sobre a dinâmica da ação policial nas favelas confirma os mesmos dados divulgados GENI/UFF, que comprovou que a proibição das ações policiais durante a pandemia resultou na diminuição em 72% no número de tiroteio com a presença de policiais. Mesmo assim, já nos primeiros 15 dias de vigência dessa decisão, foram registradas 11 operações policiais, em sua grande maioria motivadas por retaliação em função de morte de policial e/ou ataque à unidade policial<sup>18</sup>.

Como mencionamos anteriormente, todos os planos criados pelo poder público nas últimas décadas para combater a violência apostaram no aumento dos gastos públicos com compra de armas e equipamentos bélicos, nas práticas brutais e coercitivas e em programas que condicionam o desenvolvimento social ao controle militarizado das favelas. Nesse sentido, o papel desempenhado pelos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência policial tem sido determinante para que as propostas contidas na ADPF das Favelas sejam defendidas como alternativa à política de segurança pública executada no Rio de Janeiro.

Por ser uma das organizações da sociedade civil que atuou como amigo da corte, o coletivo Mães de Manguinhos participou ativamente do processo de mobilização, denúncia e divulgação das medidas propostas pela ADPF 635. Essa atuação foi um dos temas debatidos durante o trabalho de pesquisa dos jovens de Manguinhos e o resultado desse momento de reflexão coletiva está presente no texto a seguir, que encerra esse capítulo.

# ADPF das Favelas pela vida

## MÃES DE MANGUINHOS

ADPF 635, também conhecida como “ADPF das Favelas”, é uma ação ajuizada em novembro de 2019 no Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de contestar as intervenções policiais nas favelas no Rio de Janeiro e, assim, contribuir para a diminuição da violência policial nesses territórios.

Mas para nós, Mães de Manguinhos, que somos amigos da corte nesse processo, não se trata apenas de contestar as ações das instituições de segurança pública. Pra nós, ter esse reconhecimento do Supremo Tribunal Federal é uma vitória, embora saibamos que os motivos pra continuar acontecendo as operações policiais são os mais absurdos e que o braço armado do Estado segue desrespeitando a decisão de suspender as operações policiais durante a pandemia de Covid-19. É notório que desde junho de 2020, quando esta decisão passou a vigorar, o índice de homicídios cometidos por policiais com a justificativa de responder uma injusta agressão caiu drasticamente.

Com a decisão foi possível reduzir o número de mortes em 73%, um número inédito no estado. Mas para quem é morador de favela, esses 73% não são apenas números, são vidas. Vidas essas que têm nome, CPF, família e sonhos. Sonhos esses que seriam interrompidos ou encarcerados se não fosse a nossa atuação e essa mania que nós, mães e familiares, temos de acreditar que podemos sim mudar nossa realidade a partir de uma perspectiva de valorização da vida. Quantos jovens podem seguir suas vidas fora do cárcere? Quantos jovens seguem livre sem serem “forjado”? Isso mesmo, “forjado”, por que nossos meninos e meninas são tratados com a lógica perversa do “kit bandido”, isto é, quando policiais implantam drogas em suas roupas e pertences para garantir a acusação de tráfico de drogas, e fazem esse ato baseando-se na súmula 70 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, normativa que confere ao depoimento do policial que efetua a prisão em flagrante legitimidade suficiente

para fundamentar uma sentença de condenação.

Ainda que nem todos os moradores de favela entendam a importância dessas ADPF, a morte do menino João Pedro no dia 18 de maio, durante uma operação conjunta das Polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ), fez com que a mídia sensacionalista direcionasse o foco, mesmo que por pouco tempo, para a necessidade de enfrentar o racismo estrutural e institucional e também para as mortes realizadas pela polícia nas operações ocorridas durante a pandemia. A cada dez pessoas mortas pela polícia, 77% são negras. E essa mesma polícia mata 18 vezes mais no Rio de Janeiro que em qualquer outro lugar do mundo.

É necessário que a favela acompanhe os próximos passos da ADPF das Favelas. E fazer a favela acompanhar, tomar consciência dessas ações, entender a nossa luta e somar forças é um desafio posto pra nós. Não podemos esquecer que a proibição de operações policiais durante a pandemia da Covid-19 foi apenas um passo. E por isso temos que seguir mobilizados e na luta para que possamos ter vitória quando o julgamento definitivo acontecer.

Nesse contexto, seguimos na preocupação de saber a quem recorrer, já que a decisão do Supremo Tribunal Federal não está sendo respeitada e operações policiais continuam. Entre outubro e novembro de 2020, aconteceram duas ações policiais em Manguinhos com um único resultado: morte. Está acontecendo um verdadeiro retrocesso!

Não desistiremos!!

Contra o genocídio, nenhum passo atrás!!

Seguimos!

**Rio de Janeiro,  
4 de novembro de 2020.**



PARA SABER  
MAIS SOBRE  
A ADPF DAS  
FAVELAS,  
ACESSE:



## Nem fome, nem tiro – iniquidades e Covid-19 nas favelas

No primeiro ano de trabalho de pesquisa, a pandemia da Covid-19 foi fator determinante que influenciou todas as atividades e ações desenvolvidas pelo “**Se Liga no Território!**”. Por esse motivo, muitos dos debates feitos pelos jovens tiveram como tema os impactos da Covid-19 no cotidiano das juventudes negras e moradoras de favelas e periferias.

O primeiro caso de morte pelo Coronavírus no Rio de Janeiro aconteceu em 23 de março de 2020 com Dona Cleonice Gonçalves, empregada doméstica de 63 anos, moradora de Miguel Pereira e que foi contaminada após o contato com seus patrões que regressaram de viagem à Itália. Esse caso foi um grande exemplo de como as condições socioeconômicas são determinantes para definir as possibilidades de vida ou de morte diante da doença. Os dados produzidos por diversos coletivos e organizações de favelas demonstraram que ainda que o número de contágio pela Covid-19 fosse alto nas regiões mais ricas da cidade, o número de mortes se concentrava nas favelas e periferias, locais com menos infraestrutura e onde a possibilidade de isolamento social foi quase nula.

*“Diz que deu  
Diz que dā  
Diz que Deus darā  
Nāo vou duvidar, ō nega  
E se Deus nāo dā  
Como ē que vai ficar,  
ō nega?  
Ā Deus darā, ā Deus darā”*  
Partido alto - Chico Buarque

PARA ESCUTAR A  
MÚSICA ACESSE:



**“O trabalho ficou muito mais puxado, porque as pessoas de certa idade estão em casa. Temos que usar essa máscara o tempo todo. Fico preocupado com minha mãe, porque ela é idosa e não quer parar em casa.”**

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

Se antes da pandemia, as condições de vida já eram precárias, a partir de março de 2020 muitas pessoas passaram a conviver com o empobrecimento extremo. O desemprego alcançou 12% no primeiro trimestre de 2020, números que não eram vistos há 14 anos. Para os jovens esse dado foi ainda pior, pois o desemprego entre eles estava em 27% no mesmo período (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE).

**“O ruim da pandemia é que na favela tem muitos moradores passando necessidades por não poderem ir trabalhar porque perderam o emprego ou porque não podem sair pra vender sua mercadoria.”**

Jovem negra de 20 anos, participante da pesquisa

**“Muitas pessoas que eu conheço ficaram desempregadas e nem todos conseguiram pegar o auxílio. Muita gente reclamando que o valor do auxílio emergencial abaixou para R\$ 300,00, mas com razão. O que dá pra comprar com esse valor?”**

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

Outra questão bastante destacada pelos moradores de favelas e periferias foi o retorno da insegurança alimentar. Com o desemprego em alta e escolas fechadas, muitas famílias que dependiam de salários ou dos equipamentos públicos para garantir a alimentação familiar se viram em situação de completa escassez. Os programas de combate à pobreza do governo federal (“Auxílio Emergencial” e posteriormente “Auxílio Brasil”), e o Auxílio Merenda do governo estadual passaram a ser as principais fontes de renda para compra de alimentos entre pessoas menos escolarizadas e com renda familiar de até 2 salários mínimos (Datafolha, 2020).

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

**“Já não bastava o esforço pra poder sobreviver a esse tempo de pandemia, ainda temos que nos esforçar pra conseguir comer, porque com os preços abusivos dos alimentos está difícil. Muita gente está desempregada e não consegue ter o direito ao auxílio emergencial. Tudo isso complicou mais ainda a vida das pessoas.”**

Jovem negra de 27 anos, participante da pesquisa

**“Cinco quilos de arroz custando R\$ 38, um litro de óleo a R\$ 8,00. Como nossas crianças irão se alimentar decentemente se muitos pais ficaram desempregados com essa pandemia e quem deveria ajudar sô sabe roubar e esquece da população?”**

Jovem negro de 18 anos, participante da pesquisa

**“O aumento dos preços nos alimentos foi o efeito mais recente sentido pelos moradores da comunidade, desde a alta no preço do óleo ao valor surpreendente do arroz, que fez muitos especialistas indicarem o consumo do aipim e da batata doce ao invés desse alimento que agora está tão caro.”**

Quando falamos dos impactos da pandemia sobre as juventudes, as principais questões aparecem no campo da educação e da saúde mental. Muitos estudantes tiveram que entrar na dinâmica do ensino remoto em condições desiguais, seja pela baixa qualidade do acesso à internet, seja pela falta de equipamentos e espaço adaptado para o estudo dentro de casa. O ensino a distância possui uma série de necessidades de aprendizagens para professores e estudantes, tais como uso de plataformas virtuais, autonomia para gestão do tempo e realização das atividades escolares e metodologias de ensino que tiveram que ser aprendidas e executadas sem nenhum conhecimento prévio. Essas e outras questões transformaram radicalmente as rotinas das famílias e prejudicaram ainda mais o aprendizado daqueles que já possuem algum tipo de barreira para o exercício do pleno direito à educação.

Além disso, para muitos estudantes o espaço escolar era a garantia de ter ao menos uma refeição durante o dia. Com a suspensão das aulas, o

crescimento do desemprego e da insegurança alimentar entre os mais empobrecidos, muitas mães denunciaram a falta de auxílio adequado do poder público, seja pela distribuição de alimentos com baixo valor nutricional e ultraprocessados ou pelo valor do auxílio-merenda, o auxílio governamental de R\$ 54,25 destinado as famílias com crianças matriculadas em escolas públicas, insuficiente para garantir uma alimentação de qualidade<sup>19</sup>.

**“Por causa da Pandemia minha vida estagnou, meus planos foram interrompidos e o tempo de conclusão deles foram esticados. A escola foi uma das coisas que mais me afetou, por muitas vezes eu não conseguia mandar trabalho na plataforma, pois o aplicativo falhava.”**

Jovem negro de 18 anos, participante da pesquisa

Desânimo, cansaço, impaciência, exaustão foram palavras frequentemente usada pelas juventudes durante a pandemia. Com a impossibilidade de deslocamento e sem o convívio social característico dessa fase da vida, os casos de ansiedade e adoecimento psíquico passaram a ser recorrentes. A pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus”, realizada pelo Conselho Nacional de Juventude em 2020 com mais de 30 mil jovens de todas as regiões do país, mostrou que 70% dos jovens entrevistados avaliaram que o seu estado emocional piorou com a pandemia<sup>20</sup>. Se considerarmos que este foi um ano de incertezas sobre o futuro, de insegurança social e econômica, os dados da pesquisa corroboram as falas dos jovens pesquisadores do **“Se Liga no Território!”**.

No ano de 2021 o cenário não foi diferente e as dinâmicas de contágio pela Covid-19 reforçaram as desigualdades sociais. Apesar das medidas de restrição adotadas pelo governo do estado, em março de 2021, a taxa de letalidade estadual na 16ª semana epidemiológica foi de 5,9%, a mais alta do país (CONASS, 2021). O cenário se agravou com as condições precárias de moradia e de abastecimento de água, desemprego e alta no preço de alimentos, que subiram 15% nos 12 primeiros meses de pandemia (IBGE, 2021). O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia (Rede PENSSAN, 2021) identificou que existiam 116,8 milhões de brasileiros vivendo em condição de insegurança alimentar, e destes, 19,1 milhões passando fome. Nesta pesquisa, os lares chefiados por mulheres (11%) e habitados por pessoas negras (10,7%) foram os mais atingidos pela fome<sup>21</sup>.

Jovem negra de 20 anos, participante da pesquisa

**“O fato de não poder sair, de não ir à escola me afetou muito. Eu fazia consulta com a psicóloga e com a pandemia a consulta passou a ser por telefone, e eu não me sinto bem em falar por telefone, não sei me expressar direito dessa forma. Não ir à consulta para conversar sobre os meus problemas está sendo uma fase difícil da minha vida, porque estou tendo que guardar tudo pra mim e superar cada dia. Estou enfrentando da minha maneira, mas estou.”**

Diante desse cenário, nenhum plano foi estabelecido pelo município ou pelo governo do estado e a maioria das ações de solidariedade que garantiram a dignidade nas favelas e periferias foi executada pelos próprios moradores, como fizeram o Coletivo Mães de Manguinhos e o Fórum Social de Manguinhos. Durante todo o ano de 2020 diversas doações foram feitas para famílias do complexo de Manguinhos, especialmente aquelas chefiadas por mulheres e com filhos.

Finalizando esta parte, reproduzimos aqui o texto, em formato de jornal, elaborado pelos jovens pesquisadores sobre a situação da pandemia em Manguinhos durante o ano de 2020.



DOAÇÃO DE CESTAS MANGUINHOS, 2020. FOTO: RACHEL BARROS



---

**“A favela ficou órfã do governo nesse momento tão crítico, nenhuma ação foi tomada em nosso favor”.**

Jovem negro de 18 anos, participante da pesquisa

# E O VÍRUS, PEGOU?

VEJA COMO ESTÁ SENDO A PANDEMIA NAS FAVELAS  
COM O DESCASO DO PODER PÚBLICO.

**Entrevistas:** como os moradores enfrentaram a contaminação pela Covid-19 com o descaso do poder público.

## Pandemia nas favelas



CHARGE DE CAZO: DIFERENÇAS NA PANDEMIA<sup>22</sup>

Nos tempos de pandemia, as pessoas mais afetadas foram os moradores das favelas do Rio de Janeiro, onde a maioria da população é de negros. Estes moradores sequer tiveram um hospital com capacidade suficiente para socorrê-los ou com médicos suficientes para atender a demanda de toda comunidade.

As crianças viram a desigualdade no seu ano letivo, com as escolas paradas, o ensino remoto e a falta de acesso ao conteúdo das aulas, pois a maioria dos estudantes não tinha acesso à internet de boa qualidade em casa. Muitos pais ficaram desempregados e outros não tiveram como sair para vender mercadorias de forma autônoma.

O governo do estado ajudou pouco os

moradores das favelas. O poder público poderia ter feito muitas coisas, entre elas, distribuir cestas básicas para a população, mas, infelizmente, ele colocou veículos blindados e policiais dentro das favelas para nos matar diariamente.



CHARGE DE CAZO: CADASTRAMENTO<sup>23</sup>

Se não fosse a ajudas das ONGs e de muitos ativistas para arrecadar e distribuir cestas básicas e kits de limpeza, teria sido bem difícil enfrentar essa pandemia. No começo era possível conseguir doações com certa rapidez, mas com o prolongamento da pandemia, os preços dos alimentos subiram. Esse aumento abusivo dos alimentos aconteceu no mesmo momento em que muitas pessoas deixaram de fazer doações para os moradores de favelas. Porém,

## PANDEMIA NAS FAVELAS



o pouco que ainda é arrecadado permite ajudar as pessoas que mais precisam.

Em meio à pandemia que atingiu a população de forma desigual, os governos federal e estadual fizeram muito pouco em termos de políticas públicas. Tivemos um descaso enorme na área da saúde, onde hospitais de campanhas construídos com milhões de reais foram usados por pouquíssimo tempo. Na educação, não tivemos um ensino remoto igualitário para que todos os estudantes tivessem acesso aos conteúdos postados pelos professores. E mais uma vez, a corrupção se mostrou o alicerce do descaso, pois durante a pandemia, o então governador do estado, Wilson Witzel (PSC), foi processado por desvio de dinheiro público na área da saúde.



CHARGE DE CAZO PARA O DIÁRIO POPULAR (PELOTAS RS) EM 29/05/2020.<sup>24</sup>



## Entrevistas

Conversamos com alguns moradores de Manguinhos para saber quais foram os impactos da pandemia, casos de contaminação e os efeitos que a doença trouxe para suas vidas. Os relatos mostram que para além do adoecimento físico, a contaminação pela Covid-19 deixou sequelas que só podem ser percebidas conhecendo melhor a história de quem vive nas favelas.



### Entrevistado 1

“No mês de junho, fui parar no hospital com suspeita de Covid-19, fiz o teste e deu positivo. Então, fiquei uma semana internado no hospital e duas semanas de quarentena em casa. Então melhorei e voltei a trabalhar, todavia ao passar do tempo, percebi que fiquei com algumas sequelas do coronavírus, logo fui ao hospital diversas vezes com falta de ar, dor no corpo e sem contar a ansiedade, pois não sabia se estava com esse vírus de novo ou era só coisa da minha cabeça. No mês de agosto, fui testado mais uma vez com Covid-19 e dessa vez fiquei duas semanas internado, mas graças a Deus melhorei novamente e o que ficou mesmo foram só as sequelas.”

## PANDEMIA NAS FAVELAS



### Entrevistado 2

“Eu fiquei extremamente gripado e, por consequência, tive os mesmos sintomas da Covid-19. Fiquei com medo e desnutrido, perdi o paladar, o olfato, tive febre, dor nos olhos, dor de cabeça e dor no corpo também, mas a ansiedade foi o que mais mexeu comigo, por não saber se eu estava com esse vírus, me encontrava frustrado sem saber o que fazer. Entrei em quarentena e evitei ao máximo sair na rua. Fui melhorando e hoje eu estou bem melhor, apenas o meu paladar está voltando aos poucos. Mas o que eu quero destacar que não é só esse vírus que pode abater o ser humano, mas também a ansiedade, a depressão, o medo e muitas outras mazelas da psique humana que vêm junto com o vírus.”

### Entrevistado 3

“Meu pai foi parar no hospital com sintomas da Covid-19, mas ao chegar lá logo foi internado sem antes fazer exame, sem fazer o teste ele foi diagnosticado com coronavírus, porém ele permaneceu duas semanas no hospital e foi liberado sem os médicos confirmarem se ele estava ou não com a doença.”

Todas as entrevistas foram realizadas entre o final do mês de outubro e a primeira quinzena do mês de novembro de 2020. O coronavírus foi o estopim para as mazelas humanas tornarem-se mais transparentes. Em todas as

situações apresentadas acima, seja na descrição da pandemia nas favelas ou no relato dos entrevistados, vimos o descaso promovido pelos governantes. Como consequência dessa inação, a desordem social se tornou uma marca desse período. O despreparo do poder público fez a sociedade sofrer e agonizar diante das milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas.

Além desses problemas, é sempre importante frisar que a favela gemeu ao som de tiros e das inúmeras operações policiais que continuaram matando pessoas negras e pobres diante dos olhos da população, que estava cega para essa questão. Muitos não conheciam a ADPF 635, medida aprovada pelo STF para que cessassem as operações policiais extremamente violentas durante a pandemia. Mesmo com essa determinação federal, por diversas vezes a polícia apresentou justificativas infundadas para tais ações e matou muitas vidas negras, pobres e faveladas.

## Racismo, guerra às drogas e LGBTQIAP+fobia: narrativas das juventudes

Durante o trabalho de pesquisa, os jovens participantes do *“Se Liga no Território!”* lidaram com questões que se relacionam diretamente com as violações de direitos que ocorrem nos territórios em que vivem. **Racismo, guerra às drogas e LGBTQIAP+fobia** foram assuntos debatidos a partir das conexões que existem entre eles. Quando falamos de racismo, também estamos falando dos preconceitos e violências cometidas contra os corpos daqueles considerados fora do padrão, os mesmos corpos criminalizados pelo discurso da “guerra às drogas”. Para abordar esses três assuntos de forma conjunta, optamos por relacionar as dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira com as experiências trazidas pelos jovens pesquisadores.

“No dia em que eu estava a caminho do mercado os policiais me perguntaram onde era o esconderijo do “cara”, eu falei que não sabia... Eles me acusaram, disseram que eu era “radinho” da boca e eu insisti que estavam me confundindo com outra pessoa. Me levaram até a delegacia e colocaram drogas na mesa dizendo que eram minhas sem eu ter feito nada.”

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

“Já sofri várias violências. No ano de 2017 entraram na minha casa com cachorros e muitos policiais, todos homens. No mesmo ano fui abordada voltando do trabalho, na Avenida Brasil, por dois policiais. Fui ameaçada por eles.”

Jovem negra de 20 anos, participante da pesquisa

O racismo é uma ideologia que faz parte da construção da sociedade brasileira desde o princípio. Através dela, pessoas que possuem a cor de pele escura e que pertencem ao grupo étnico racial de negros foram considerados como seres inferiores, que não faziam parte da humanidade. Seres que deveriam ser tratados como objetos. Essa foi a base que sustentou a escravidão no Brasil, país que mais recebeu negros escravizados do continente africano. Ao longo dos séculos, o racismo foi a base para diversas ações e leis criadas pelo estado brasileiro para criminalizar pessoas negras ou que as impediu de terem acesso a direitos.

**1805 – Lei contra feiticeiros**

condenava à pena de morte qualquer pessoa que utilizasse símbolos católicos em rituais para evocar espíritos.

**1830 – Lei do pito de pango**

por meio desta lei, contraventores livres que fossem pegos vendendo o pito do pango (maconha) pagariam multa e os escravizados que fossem pegos usando a erva seriam presos por até três dias.

**1850 – Lei de Terras**

a lei determinava que a compra seria a única forma de acesso à terra no país, o que excluía negros de terem acesso à terra.

**1871 – Lei do Ventre Livre**

libertava o filho nascido de mulheres escravizadas, mas não suas mães, o que deixava essas crianças em situação vulnerável.

**1875 – Lei do Sexagenário**

por meio dessa lei escravizados que chegassem aos 60 anos estariam livres. Porém, a expectativa de vida de uma pessoa escravizada nesta época era de menos de 30 anos.

**1888 – Lei Áurea**

acabou formalmente com a escravidão, mas deixou todos os ex-escravos sem acesso a nenhuma política pública social.

**1890 – O Código Penal brasileiro**

criminalizava a capoeiragem (capoeira) por suas habilidades de destreza corporal.

**1941 – Decreto-lei nº 3.688**

conhecida como “Lei da Vadiagem”, previa prisão de 15 dias a três meses para pessoas ociosas ou que não tivessem renda suficiente para manter sua sobrevivência.

Esses são apenas alguns exemplos de legislações baseadas no racismo que foram responsáveis por diversas violências contra a população negra. Mas as ações que aconteceram no passado continuam a ter consequências no presente e no futuro da população negra, pois o racismo segue sendo o principal motivo que mantém pessoas negras em posições subalternas e condições precárias. É o que constatamos com os dados que mostram que 66% dos óbitos de mortalidade materna ocorrem entre as mulheres negras (Ministério da Saúde, 2021) ou aqueles que confirmam que brancos ganham cerca de 73% a mais do que negros (IBGE, 2021).

A relação entre racismo e violência, além de marcar o passado escravocrata brasileiro, é uma das questões mais apontadas por integrantes de movimentos negros, de favelas e de juventudes. A associação da população negra

com a criminalidade contribui para que violações de direitos gravíssimas ocorram, entre elas, os altos índices de mortalidade e encarceramento. De acordo com o Atlas da Violência (2020), pessoas negras são 77% das vítimas de homicídio e possuem 2,6 vezes mais chances de serem assassinadas do que uma pessoa não negra. Negros também representam a maioria das vítimas das mortes cometidas por policiais (Monitor da Violência, 2022) e são 66,7% da população carcerária no país (DEPEN, 2021). Para compreender as conexões existentes entre racismo, criminalidade e violência contra a juventude negra, apostamos no debate sobre a guerra às drogas, tema fundamental para compreender como acontecem as violações de direitos nas favelas e periferias.

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo com mais de 820 mil pessoas encarceradas, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da China. Além de possuir a maioria de negros, jovens de 18 a 29 anos correspondem a 43% dessa população. Se consideramos que o crime de tráfico de drogas é o que mais prende no Brasil (49%), não será muito difícil chegar à conclusão de que o discurso da guerra às drogas é um dos principais motivos para o alto número de mortes e do encarceramento da juventude negra.

**“Quando se fala em drogas todos falam diretamente das favelas, dos traficantes, de venda de entorpecentes, mas esquecem que o amiguinho que trabalha na farmácia vende remédios “por fora”, que o amigo do hospital vende a receita de remédios controladas por dinheiro, e essas pessoas não querem nem saber quem vai tomar essas substâncias. Essas são outras maneiras de se conseguir drogas.”**

Jovem negra  
de 27 anos,  
participante  
da pesquisa

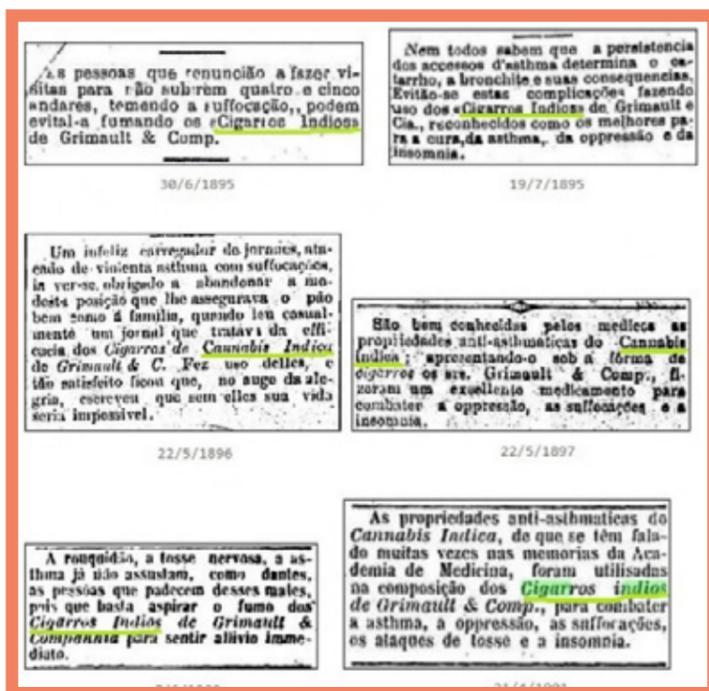
Falar sobre guerra às drogas e suas consequências para os moradores de favelas demanda considerar uma série de questões que não são simples: a definição do que é ou não droga, o preconceito que existe sobre os usuários, a violência e a culpa que esses territórios recebem em nome de uma guerra que é feita deliberadamente contra pessoas negras. Assim, a partir de dados, notícias e levantamento de opiniões entre os moradores de Manguinhos, os jovens pesquisadores construíram argumentos sobre os efeitos da guerra às drogas nas suas rotinas e no seu local de moradia.

A atual política de combate às drogas gera como consequência a abordagem violenta dos agentes de segurança pública nas favelas e periferias. De acordo com o relatório “Operações policiais no Rio de Janeiro” (Fundação

Heinrich Böll - Rio de Janeiro, GENI e NECVU/IFCS/UFRJ, 2019), o motivo mais utilizado nas operações policiais ocorridas entre os anos de 2007 e 2018 nas favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro foi repressão ao tráfico de armas e drogas. Esse dado reforça a percepção dos jovens de que a guerra às drogas serve como justificativa perfeita para a violência policial nas favelas, pois associa constantemente esses territórios à criminalidade e à violência, o que legitima a recorrência das mortes, chacinas e prisões nestes locais.

Outra questão importante no debate sobre o uso de drogas são os efeitos para a saúde mental e física do ser humano. Existe uma construção social que determina algumas substâncias como viciantes e outras, com potencial igual ou maior de dependência, como legalizadas. É o que ocorre com o cigarro de nicotina, as bebidas alcoólicas e alguns remédios de uso controlado. Todas essas substâncias podem gerar algum tipo de dependência, mas possuem o uso regulamentado por lei.

No caso de substâncias como a maconha, mesmo havendo comprovação científica de suas propriedades medicinais, o uso para fins recreativos e o cultivo são proibidos. A esse respeito, é importante lembrar que a maconha foi trazida para o Brasil por negros escravizados e teve seu cultivo incentivado pela coroa portuguesa. E mesmo com a existência da lei do pito de pango, até 1930 o uso da maconha era muito comum no Brasil, inclusive sendo indicada como tratamento médico para diversas doenças:



ANÚNCIOS DE REMÉDIOS COM MACONHA NOS SÉCULOS 19 E 20. FONTE: ACERVO ESTADÃO



PROPAGANDA DOS CIGARROS GRIMAULT, FEITO À BASE DE CANNABIS. FONTE: O ESTADÃO

### Discriminalização

significa não punir criminalmente os usuários de substâncias consideradas ilícitas. Essa medida ajudaria a tratar o uso de substâncias consideradas ilícitas como uma questão de saúde pública e diminuir o número de pessoas presas. Países como Uruguai, Holanda e Canadá já adotaram essa medida.

### Legalização

significa criar legislações para regular o uso de determinadas substâncias. Essa medida impediria o comércio ilegal, tornaria o uso dessas substâncias mais seguro e regulamentado pelas regras do Estado.

Jovem negro de 18 anos, participante da pesquisa

**“Com essa norma de que quem decide se é portador ou traficante é a polícia, muitos usuários sofrem. Já ouvi relatos sobre inúmeros casos em que um negro com uma quantidade para ser considerado consumidor foi tratado como traficante, enquanto um branco foi tratado como um simples usuário e encaminhado para realização de serviços comunitários.”**

Estes exemplos mostram que a proibição ou não de alguma substância possui relação com interesses econômicos, com o preconceito racial e com o tipo de política pública a ser executada. A guerra às drogas é seletiva, possui cor e territórios definidos para acontecer e seus resultados mais comuns são a criminalização e o encarceramento da juventude negra. Como exemplo, um levantamento feito pela Agência Pública em 2017 na cidade de São Paulo mostrou que negros são mais condenados do que brancos mesmo portando uma quantidade de drogas muito inferior. No levantamento, 71% dos negros que foram condenados por porte de maconha estavam em média com 145 gramas. Já entre os brancos, 64% foram condenados portando em média 1,14 quilo, ou seja, quase oito vezes mais que um negro<sup>25</sup>.

O 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz em 2017 com 3.563 milhões pessoas com idade entre 12 e 65 anos em todo Brasil, mostrou que 9,9% da população já fez uso de alguma droga ilícita contra 66,4% de pessoas que experimentaram álcool pelo menos uma vez na vida. O levantamento também mostrou que 1,3% dessa população se machucou quando estava sob efeito de álcool e apenas 0,15% quando estava sob efeito de outras drogas. O resultado é semelhante ao de pessoas que sofreram algum tipo de violência: 1,3% foram vítimas quando o agressor estava sob o efeito de álcool e 0,75% sofreram violência quando o agressor estava sob o efeito de alguma outra droga<sup>26</sup>.

Assim, com o trabalho de pesquisa, os jovens perceberam que a proibição de determinadas drogas se apoia em argumentos que associam o seu uso à falta de valores morais, ausência de controle do Estado e necessidade de punição policial. Legalmente, o governo brasileiro tem reproduzido esses argumentos através de legislações. A atual lei de drogas (nº. 11.343/2006) define que usuários não possuem penas de privação de liberdade e estão sujeitos a trabalhos comunitários e medidas de educação e multa. Para aqueles que

**“A política sobre drogas deve estar sob o domínio da saúde e não da segurança. Em um país em que a droga é criminalizada e milhões de brasileiros assumiram usá-la num período recente, o debate se faz urgente e necessário para que haja uma administração política melhor sobre o assunto e sobre quem porta e sobre quem trafica.”**

Jovem negro de 18 anos,  
participante da pesquisa

**“Acho que é a proibição que faz tudo isso acontecer, operação, morte, prisão e até mesmo o vício descontrolado. Gostaria que liberassem a minha droga. Gosto do meu beck, pois minha maconha não faz mal a ninguém e é um santo remédio para vários problemas de saúde.”**

Jovem negro de 21 anos,  
participante da pesquisa

comercializam drogas, a pena é de reclusão sem fiança, que varia de 2 a 20 anos. O principal problema é que de acordo com a lei, quem define se a pessoa é traficante ou usuário é a autoridade policial no momento da abordagem. Por isso, o crime que mais prende no Brasil é o tráfico de drogas (49,81%), sendo responsável pelas 167.992 mil pessoas que estão hoje nos presídios brasileiros detidas por esse tipo de crime (DEPEN, 2021).

Como dissemos no início dessa seção, o racismo é uma ideologia que desumaniza e inferioriza determinadas pessoas. O preconceito racial presente nas abordagens policiais pode ser considerado o principal motivo para a o encarceramento da juventude negra. O racismo pode ser entendido como uma espécie de preconceito, isto é, como uma forma de julgamento sem base em informações reais e que leva à construção de ideias e atitudes discriminatórias. No entanto, o preconceito racial é um dos inúmeros tipos de preconceito presentes na sociedade brasileira. O debate sobre machismo e LGBTQIAP+fobia surgiu no **“Se Liga no Território!”** como forma de ampliar a discussão sobre as violências cometidas nas favelas e mostrar a invisibilidade de determinados grupos.

Desde 2019, o STF definiu que a discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, queer/questionando, intersexo, assexuais/agênero/arromânticas, pansexuais/polissexuais e outros grupos) é crime no Brasil. O crime está vinculado à lei nº. 7.716/89, que define o racismo como crime. A partir desse julgamento, todo preconceito e discriminação contra pessoas em razão da sua orientação sexual passam a ser punidos com penalidades que variam de dois a cinco anos de reclusão. O Brasil foi o 43º país a criminalizar a LGBTQIAP+fobia, mas esse avanço ainda não se converteu numa prática antidiscriminatória no país, e as estatísticas feitas por grupos e movimentos de pessoas LGBTQIAP+ mostram que o Brasil possui dados assustadores.

De acordo com a ONG Transgender Europe (2020), desde 2008 o Brasil é internacionalmente reconhecido como o país onde mais ocorrem assassinatos de pessoas trans no mundo. Em relação ao ano de 2008, quando 58 pessoas trans foram assassinadas no país, os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) mostram que em 2020 ocorreu um aumento de 201% e 175 pessoas trans foram assassinadas, todas identificadas como travestis ou mulheres transsexuais. Esse dado mostra uma relação importante com o machismo que existem na sociedade brasileira: a identidade de gênero feminina é um fator que aumenta o risco de morte tanto para mulheres cis quanto para mulheres trans.

O ódio pelo feminino tem sido responsável por mortes como a da travesti Dandara Ketlyn, assassinada brutalmente à luz do dia por homens no Ceará (2017), ou de Luana Barbosa, mulher lésbica que foi espancada por policiais militares em São Paulo (2016), assim como pelo crescimento no número de casos de violência doméstica e feminicídio no país, que durante a pandemia resultaram no aumento de 36% nas denúncias feitas pelo Disk 180 (Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2020).

**“Eu conheço um amigo que perdeu a mãe por violência doméstica. O pai dele sempre chegava embriagado em casa e numa dessas vezes ele bateu na mãe dele e ela teve sérios problemas e veio a falecer. Hoje em dia ele mora com os avós e o pai está preso. Ele sofreu muito com a perda da mãe.”**

Jovem negro de 18 anos, participante da pesquisa

A gravidade dos casos de LGBTQIAP+fobia e machismo no Brasil fica ainda mais visível quando fazemos cruzamento com as dimensões de território e raça. Entre as mulheres trans/transvestis vítimas de violência em 2020, 78% delas eram negras (ANTRA, 2020); entre as 1.326 vítimas de feminicídio contabilizadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), 66,6% eram negras.

A dimensão territorial expõe determinadas características da LGBTQIAP+fobia que poucas vezes ganham espaço no debate público. O grupo Conexão G, que existe desde 2006 no complexo de favelas da Maré, tem denunciado as inúmeras violências que mulheres e homens trans, travestis, gays, lésbicas e bissexuais sofrem nesses territórios. Com o acúmulo do trabalho de assistência a essa população, o Cone-

xão G elaborou a cartilha “Juventudes LGBT de Favelas – prevenção e enfrentamento da violência” (2019), e identificou algumas dimensões importantes para que a população LGBTQIAP+ de favela esteja extremamente vulnerável. Abaixo apresentamos a sistematização de alguns pontos contidos no material junto com os depoimentos e narrativas coletadas pelos jovens do **“Se Liga no Território!”**.

**Precariedade ou inexistência de políticas públicas** – as políticas, equipamentos e leis que existem para essa população não conseguem ser acessadas por aqueles que residem em favelas ou quando são acessadas não são incorporadas como direitos pela falta de uma cultura política fortalecida nesses espaços.

**“O cotidiano da favela é muito cruel para os que não seguem o dito “padrão”, pois são tachados como “viadinho”, “bichinha”, “sapatão”, rotulados como pessoas que são capazes de ser cabeleireiro porque ninguém vai dar trabalho para travesti.”**

Jovem negra de 27 anos, participante da pesquisa

**Preconceito e afirmação do padrão heteronormativo** – as violências nos territórios de favelas para pessoas LGBTQIAP+ são múltiplas, começando no espaço da casa. Muitas vezes essas pessoas são sujeitas a humilhações, torturas psicológicas e falas que sugerem a sua “correção” ou “conversão” para estarem adequadas ao padrão de normalidade aceito por seus familiares.

**“Muitas vezes sou chamado para uma transa pelos que se dizem hêteros da favela, e quando passam por mim à luz do dia me destratam na frente dos amigos deles, e se eu responder alguma coisa é arriscado até eu apanhar. É revoltante ser julgado pela minha orientação sexual e ser usado somente para agradar a esses machos”.**

J., 22 anos, jovem gay morador de Manguinhos - depoimento fornecido para jovem negra de 27 anos, participante da pesquisa

**Violências institucionais e territoriais** – a falta do atendimento adequado nos equipamentos de saúde, o desrespeito à identidade de gênero nos espaços de educação, assim como as regras de comportamento impostas pelos poderes locais são barreiras que pioram a qualidade de vida e a possibilidade do exercício da cidadania.

**“Esse mês eu mesmo vi um ato de covardia com uma transsexual aqui na Rua Leopoldo Bulhões. São porque ela olhou para alguns homens, foram pra cima dela agredindo com um pedaço de madeira e outros homens batendo no rosto, nas pernas... Um ato muito brutal no meio de uma rua muito movimentada e durante o dia.”**

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

**Religiosidade e LGBTQIAP+fobia** – a predominância das igrejas evangélicas nas favelas e periferias tem contribuído para que os casos de violência contra pessoas LGBTQIAP+ aumentem. A relação estabelecida entre pastores e grupos criminais tem obrigado estas pessoas a seguir um padrão de comportamento cis-heteronormativo, não demonstrar afeto publicamente e esconder suas identidades para não sofrer sanções violentas.

**“Conversei com uma pessoa amiga de infância. Nunca pensei que ela se via como outra pessoa dentro, mas ela nunca se sentiu como homem e sim como uma mulher. Seu pai não permitia que ela se identificasse como mulher e isso a fez muito mal, pois passou anos de sua vida vivendo como uma pessoa que ela não era. Muitos vizinhos falavam com o pai dela pra deixá-la viver como queria, mas o pai, muito machista, não aceitava e expulsou ela de casa. Por conta dessa doença chamada machismo, essa pessoa foi morar com a avó. Ela sempre foi uma pessoa que gostava de estudar e pensava em fazer uma faculdade. Hoje está na faculdade e cursa direito para defender pessoas que sofrem com esse mesmo tipo de violência.”**

Jovem negro de 21 anos, participante da pesquisa

O debate sobre machismo e LGBTQIAP+fobia deixou evidente que nas favelas e periferias, o preconceito está muito presente no cotidiano de seus moradores. Ter um corpo, uma rotina ou um comportamento que discorde da moralidade cristã, da cis-heteronormatividade faz com estas pessoas sejam constantemente ameaçadas de morte ou tenham uma vida marcada pela violência. Além disso, é importante ressaltar

que em sua maioria as vítimas do feminicídio e da LGBTQIAP+fobia são mulheres e negras, portanto ter uma identidade feminina e um corpo racialmente identificável aumentam as chances de sofrer algum tipo de violência.

**“O machismo, o assédio e a violência infelizmente são coisas que acontecem todos os dias no mundo inteiro. Muitas das mulheres infelizmente não falam sobre isso porque têm vergonha. Eu praticamente não falo muito por que desde pequena sofria com o machismo, assédio e a violência dentro de casa, tudo isso cometido pelo homem que se dizia meu pai. Ele agredia minha mãe quase todos os dias e se eu não fizesse as obrigações de casa direito era motivo para ele me agredir também. Ele abusava de mim e me ameaçava, falava que se eu contasse pra alguém ele iria matar eu e minha mãe. Isso só foi acabar realmente quando minha mãe foi chamada no Conselho Tutelar por causa de uma denúncia, foi aí que estivemos no IML para fazer o exame e o abuso foi constatado. Depois de quatro anos ele foi expulso da favela.”**

Jovem negra de 21 anos, participante da pesquisa

Finalizamos esta seção afirmando que racismo, machismo e LGBTQIAP+fobia são práticas de ódio que ao serem reproduzidas nas favelas e periferias geram inúmeros casos de violência. Nesta publicação, essas violências foram identificadas pelos jovens moradores de Manguinhos e muitas vezes os relatos vieram de suas próprias vivências. Dessa forma, foi possível compreender como essas discriminações operam no cotidiano das juventudes e reconhecer que o Estado tem um papel fundamental na produção dessas violências, seja pela ação – com a seletividade racial da política de guerra às drogas executada pelas forças de segurança pública – ou pela omissão – através da falta de políticas públicas adequadas para a população LGBTQIAP+ de favelas. Por isso, mais do que um relato de experiências, as narrativas aqui contidas fazem parte de um processo pedagógico colaborativo e de uma metodologia de pesquisa compartilhada, voltada para a construção do protagonismo e do pensamento crítico das juventudes de favelas e periferias.

## Parte III - Ano II

Em 2021, ainda durante o período de formação, os/as 6 jovens integrantes do Ano II do **“Se Liga no Território!”** iniciaram o processo de construção do que seria a pesquisa a ser realizada e seus instrumentos. Por meio dos encontros quinzenais, cada jovem pesquisador/a apresentou inicialmente uma proposta de pesquisa, com base nas seguintes questões:

- 1** Sobre qual assunto ou tema você gostaria de saber mais sobre o território onde mora e/ou seus moradores?
- 2** Como esse tema ou assunto tem aparecido no cotidiano do seu território e dos seus moradores?
- 3** Como e de que forma esse tema ou assunto tem aparecido nas mídias de modo geral?
- 4** Qual o seu objetivo ao propor uma pesquisa sobre esse tema ou assunto?
- 5** Por que você considera importante buscar mais informações sobre esse tema ou assunto?
- 6** De que forma e com quais instrumentos você levantaria essas informações?
- 7** Com quem você poderia conversar para se aprofundar sobre esse tema ou assunto no seu território?
- 8** Existem outras fontes de informações ou estudos realizados que possam ajudar a entender melhor sobre esse tema ou assunto? Quais?
- 9** De que forma você pretende garantir a segurança das fontes (pessoas, documento, etc.) e das informações produzidas durante a pesquisa?

Após a apresentação das propostas, o grupo identificou nitidamente 2 grandes temas que mobilizavam os/as jovens: as violações de direitos ocorridas e suas consequências para os territórios de favelas do Rio de Janeiro e os impactos da pandemia da Covid-19 para os/as jovens, suas famílias, seus territórios e o futuro. Com relação aos instrumentos, o grupo havia indicado um conjunto de métodos quantitativos e qualitativos, que foram sendo depurados até a definição da elaboração de um formulário online com questões fechadas e abertas como elemento principal para alcançar informações quantitativas e qualitativas, complementado e aprofundado por grupos focais com jovens que participaram da pesquisa respondendo ao formulário e com profissionais da saúde e da educação atuantes nos equipamentos públicos presentes nos territórios ou que atendam os seus moradores.

### **A realidade pelos dados e relatos: violência e Covid-19 pelo olhar das juventudes faveladas**

Foram aplicados, ao todo, 65 formulários no complexo de favelas de Mangueiras, no complexo de favelas da Maré, em Acari e na Ladeira dos Tabajaras, entre os dias 2 e 16 de novembro de 2021.

Não há dúvida que os/as jovens moradores/as de favelas e periferias são os alvos preferenciais da violência cotidiana que atinge, de modo mais intenso, quase a totalidade das cidades e regiões metropolitanas brasileiras. Às questões de classe e território se somam as questões de cor e gênero. Não seria necessária uma nova pesquisa para reafirmar isso. Ao mesmo tempo, os 65 formulários não seriam suficientes para consolidar uma pesquisa estatisticamente amostral, que pudesse dizer de um todo tomando como referência uma parte. O que se propôs com a aplicação dos formulários foi dar voz e atenção a elementos dos processos de violação de direitos que perpassam o cotidiano desses/as jovens, a partir de sua própria perspectiva, além de contribuir para a cobrança por políticas públicas e para as lutas e resistências desses territórios por melhores condições de vida. Nesse sentido, fizemos a opção por seguir algumas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de permitir algum nível de comparação com dados sociodemográficos mais amplos do próprio Instituto e de outras pesquisas relacionadas às temáticas analisadas.

Para isso, os formulários foram respondidos por jovens, entre 18 e 29 anos, moradores do território a que se vinculava o/a jovem pesquisador/a. No número mínimo de formulários acordado coletivamente por pesquisador/a (10), deveria se buscar a maior diversidade possível de entrevistados/as: mulheres e homens (cis, trans, não-binários, etc.), de idades variadas, com diferentes situações de trabalho (empregado, desempregado, empreendedor, etc.) e estudo (estudante, alguém que abandonou, outro/a que já concluiu o ensino médio ou está na universidade, etc.), raça/cor, diferentes áreas da favelas, e que não fossem apenas conhecidas/os ou pessoas próximas do/a pesquisador/a.

Cabe ressaltar que o convite para participação na pesquisa foi seguido imediatamente do fornecimento das principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologia, riscos e benefícios, dentre outros elementos que constavam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por cada um/a dos/as jovens entrevistados/as. A equipe e os/as jovens pesquisadores/as também se comprometeram com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas, se estendendo para o tratamento dos dados coletados de acordo com as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº. 13.709/18).

De forma complementar aos formulários, o grupo de jovens pesquisadores propôs e organizou Grupos Focais para aprofundar alguns pontos que foram aparecendo ao longo do projeto. Se os dados por si são capazes de dar o tom dos dramas enfrentados pelas juventudes moradoras de favelas e periferias no Rio de Janeiro, os relatos nos Grupos Focais poderiam “materializar”, dar vida a essas situações cotidianas de violações e violências.

A principal questão para aprofundar nos Grupos Focais seria a seletividade da violência e violações provocadas por policiais e os seus diferentes impactos para os/as jovens moradores/as nas favelas participantes da pesquisa. Seletividade tem relação direta com as distintas formas de abordagens policiais a depender do território (se mais central ou mais periférico, se dentro ou fora das favelas, etc.) e da população alvo (a consideração da raça/cor, do gênero e da identidade sexual), assim como os impactos para os serviços e trabalhadores das áreas da saúde e da educação nos territórios e seus moradores.

Para dar conta da proposta, foram organizados 2 (dois) Grupos Focais de jovens, com 6 (seis) participantes cada, com idade entre 18 e 29 anos.

Cada jovem pesquisador/a indicou 2 jovens do seu território a partir do convite realizado no ato do preenchimento dos formulários. Além da idade, buscou-se garantir uma diversidade de cor/raça, gênero e identidade de gênero dos/as participantes. Os Grupos Focais de jovens foram realizados através da plataforma Zoom (reunião remota) nos dias 16 de novembro e 7 de dezembro de 2021, ambos uma terça-feira, das 19h às 21h.

E um outro Grupo Focal foi organizado com profissionais das áreas da saúde e da educação atuantes nos equipamentos públicos localizados no interior ou no entorno das favelas participantes do projeto (Mangui-nhos, Maré, Acari e Ladeira dos Tabajaras), preferencialmente formado por jovens entre 18 e 29 anos e morador do território. Para cada favela, os jovens pesquisadores articularam a participação de um profissional da saúde e um da educação. Com 8 (oito) participantes, o Grupo Focal de profissionais ocorreu através da plataforma Zoom (reunião remota) no dia 27 de novembro de 2021, um sábado, das 10h às 12h.

Tanto no Grupo Focal de jovens quanto no de profissionais, os jovens pesquisadores se organizaram e foram responsáveis pela condução integral da atividade, assumindo papéis diferentes em cada grupo. Em uma equipe de 3 (três) pessoas por Grupo Focal, dois jovens pesquisadores ficavam responsáveis pela interlocução com os/as participantes, apresentando os tópicos e questões a serem debatidos e estimulando a participação, e outro/a ficava responsável pela relatoria. A equipe de cada Grupo Focal contou com o apoio de um/a integrante da equipe da FASE RJ, para auxiliar na administração da plataforma.

Do ponto de vista metodológico, cada Grupo Focal foi iniciado com a apresentação da proposta, seguida por uma dinâmica de apresentação e integração dos/as participantes, estimulando a participação e o compartilhamento de suas experiências e relatos. Com as câmeras fechadas, cada participante se apresentou: nome fictício (por questões de segurança e anonimato), idade, raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual e território. No Grupo Focal de profissionais, os/as participantes ainda apresentaram a sua ocupação, área de atuação e equipamento público onde exerce a atividade profissional. Na sequência, os/as interlocutores/as faziam uma rodada para cada questão, sendo orientada e incentivada a fala de todos/as os/as participantes em cada uma delas.

## Foram colocadas 10 (dez) questões para o Grupo Focal de jovens:

- 1 Pra você, qual é o papel que a polícia tem na sociedade? E qual é o papel que ela deveria ter?
- 2 A polícia contribui para a segurança no seu local de moradia/favela/território?
- 3 Para você, qual é o objetivo das operações policiais nas favelas? Na sua opinião, esse objetivo é alcançado?
- 4 Você já teve a sua rotina interrompida devido às operações policiais?
- 5 A violência policial tem impactos na saúde e na educação dos jovens? De que forma?
- 6 A violência policial na favela afetou a sua saúde mental? Se sim, como você conseguiu lidar com isso?
- 7 A violência policial tem algum impacto financeiro na favela onde você mora?
- 8 Para você, pessoas negras são afetadas de forma diferente durante as abordagens ou ações policiais nas favelas?
- 9 Para você, mulheres, homens, gays, lésbicas ou pessoas trans são afetadas de forma diferente durante as abordagens ou ações policiais nas favelas?
- 10 A violência policial afeta os seus planos para o futuro?

## Já para o Grupo Focal de profissionais da saúde e da educação, foram colocadas 5 (cinco) questões:

- 1** Você já teve a sua rotina de trabalho atravessada ou o serviço prestado pela instituição que você trabalha já foi interrompido devido às operações policiais?
- 2** Qual a consequência da violência policial para a área da saúde e para a área da educação nos territórios?
- 3** Como você percebe os impactos da violência policial na sua atividade profissional? O que muda no seu trabalho devido a essa violência?
- 4** Para você, pessoas negras são afetadas de forma diferente durante as abordagens ou ações policiais nas favelas?
- 5** Para você, mulheres, homens, gays, lésbicas ou pessoas trans são afetadas de forma diferente durante as abordagens ou ações policiais nas favelas?

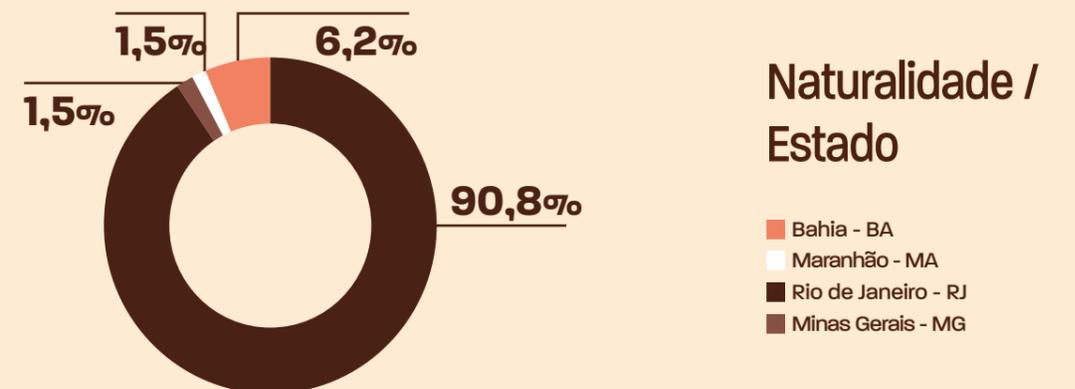
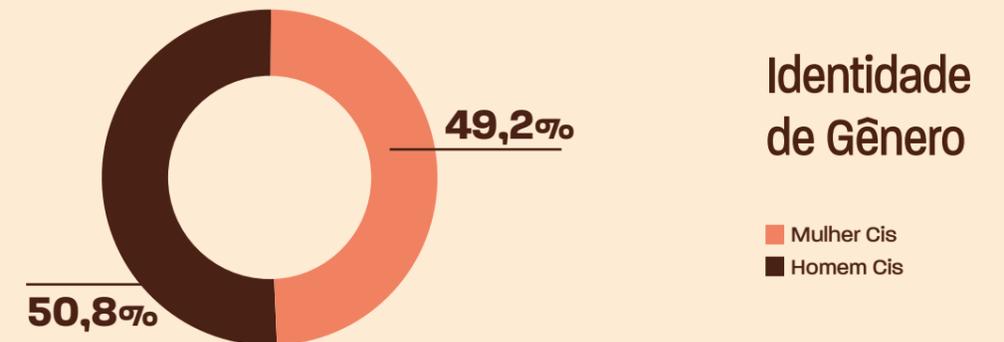
Concluídas a aplicação dos formulários e a realização dos Grupos Focais, são os resultados, ou melhor, os principais apontamentos do que foi encontrado na pesquisa, que serão apresentados a partir de agora, a começar pelos elementos do perfil socioeconômico dos/as jovens entrevistados/as.

### Perfil Socioeconômico

Dos/as 65 jovens participantes da pesquisa, 50,8% (33) eram homens cisgênero e 49,2% (32) mulheres cisgênero.

Com relação à distribuição dos/as participantes em função da cor/raça, 50,8% (33) se autodeclararam pretos, seguidos de 24,6% (16) pardos

e outros 24,6% (16) brancos. Assim, mais de 75% (49) dos/as entrevistados/as se reconhecem como negros/as. Vale lembrar que, em uma sociedade atravessada pelo racismo estrutural, o marcador de cor/raça é um dos principais elementos que tornam jovens negros/as os alvos privilegiados das desigualdades e das distintas violências que se somam no cotidiano, produzindo um verdadeiro genocídio dessa população.



Analisando a naturalidade, ou seja, o estado de nascimento dos/as entrevistados/as, 90,8% (59) são do estado do Rio de Janeiro. Há jovens oriundos da Bahia (4), Minas Gerais (1) e Maranhão (1).

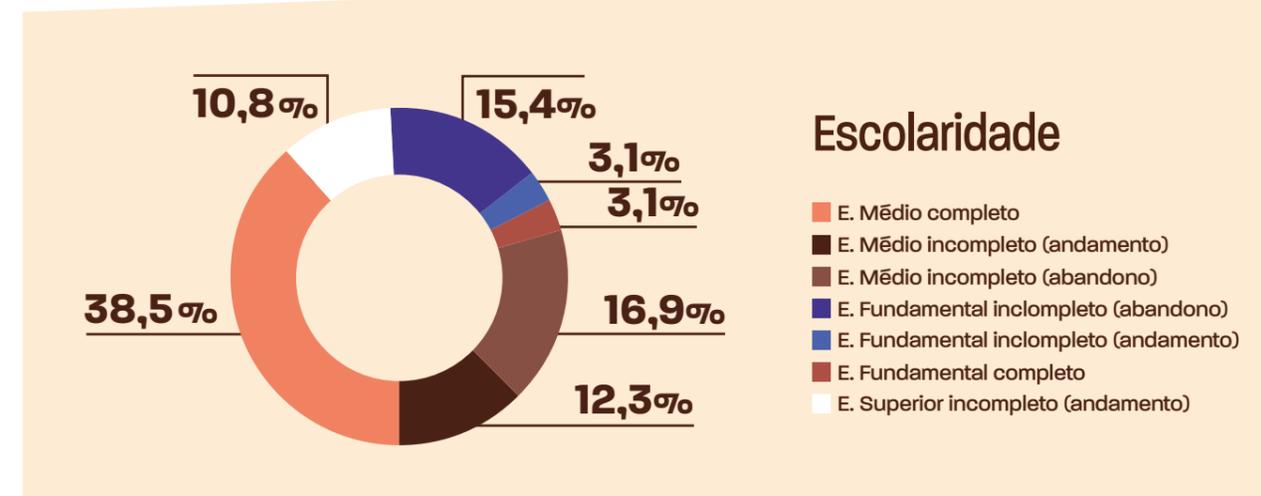
Já com relação ao bairro de moradia, 49,2% (32) são das favelas que formam o complexo de Manguinhos, 18,5% (12) são moradores da Maré e suas diversas áreas, 16,9% (11) são do bairro de Copacabana, onde se localiza a favela Ladeira dos Tabajaras, e 15,4% (10) são de Acari, das áreas que integram o complexo de favelas. Essa diferença de formulários preenchidos entre Manguinhos e as outras áreas se justifica na medida em que dos 6 jovens pesquisadores, 3 são oriundos desse conjunto de favelas.

Considerando o grau de escolaridade, a pesquisa evidenciou que mais da metade dos entrevistados, 50,8% (33), possuem o Ensino Médio completo ou estão cursando, 6,2% (4) possuem o Ensino Fundamental completo ou estão cursando, e apenas 10,8% (7) estão cursando o Ensino Superior. No momento da pesquisa, 29,2% (17) dos/as jovens estavam estudando. Por sua vez, 32,2% (21) abandonaram os estudos, sendo que 15,4% (10) não concluíram o Ensino Fundamental e 16,9% (11) não chegaram a concluir o Ensino Médio.

São muitos os desafios para a educação no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, elaborado pela organização Todos pela Educação, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos alcançou 11,8 anos de estudo, em 2020, o que se aproxima dos 12 anos necessários para a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. Contudo, de cada 100 alunos/as que ingressam no último ciclo do ensino básico, apenas 69 concluem o 3º ano até os 19 anos. A taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos entre os 25% mais pobres não passa dos 60%, chega a 61% entre pretos e 63% entre pardos. No Ensino Superior, os dados são escandalosos: enquanto a média brasileira de jovens entre 18 e 24 anos que frequentam um curso universitário chega a 23,8%, o percentual alcança apenas 18% entre pardos, 17% entre pretos e 13,2% entre os 25% mais pobres. Em contraposição, 32,7% dos brancos e 50,2% dos 25% mais ricos ocupam os bancos das Universidades, especialmente das instituições públicas.

O Anuário indica, ainda, que ganhos das políticas públicas educacionais alcançados ao longo de décadas foram colocados em xeque pela pandemia de Covid-19. As desigualdades na manutenção da rotina de estudo de alunos/as das escolas públicas, com a suspensão das aulas presenciais por quase 2 anos, a falta de estrutura e metodologia adequadas para o ensino remoto/a distância, somado ao acesso limitado à internet e a equipamentos tecnológicos, corroboram ainda mais para o desinteresse

de jovens em seguir com os estudos, aumentando o abandono escolar. A consequência já gera muita preocupação: de acordo com a 2ª edição do relatório Juventudes e a Pandemia provocada pelo Coronavírus, coordenado pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e publicado em maio de 2021, durante a pandemia, 43% dos jovens entre 15 e 29 anos pensaram em parar de estudar. Além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021, principal porta de entrada para o Ensino Superior no país, será lembrado por ter sido o mais branco e elitista dos últimos 10 anos, com a menor proporção de inscritos pretos, pardos e indígenas e a menor participação de candidatos com isenção de taxa, ou seja, aqueles com renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

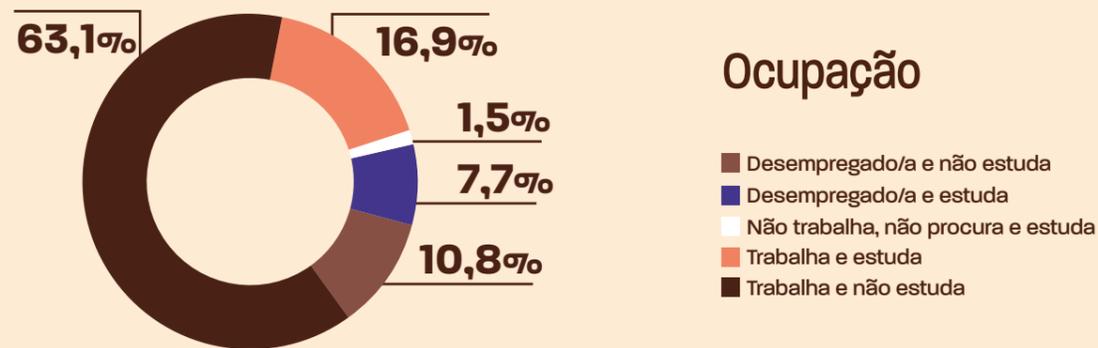


Entre os/as jovens entrevistados/as, 63,1% (41) têm algum trabalho ou ocupação que auferem renda e já concluíram ou interromperam os estudos e não frequentam a escola. Somente 16,9% (11) dos/das jovens trabalhadores ou ocupados seguem estudando. 18,5% (12) estão desempregados, sendo que desses, 10,8% (7) não estão com estudos em andamento e 7,7% (5) possuem matrícula escolar ativa. Apenas 1,5% (1) dos/as jovens entrevistados/as estuda exclusivamente.

Se somamos as condições educacionais com a crise econômica e a falta de políticas públicas de estímulo ao primeiro emprego e de emprego para jovens, o caldo resultante é assustador: ano após ano, os dados sobre desemprego e informalidade batem novos recordes, afetando diretamente as juventudes. Como já citado anteriormente, de acordo com dados da

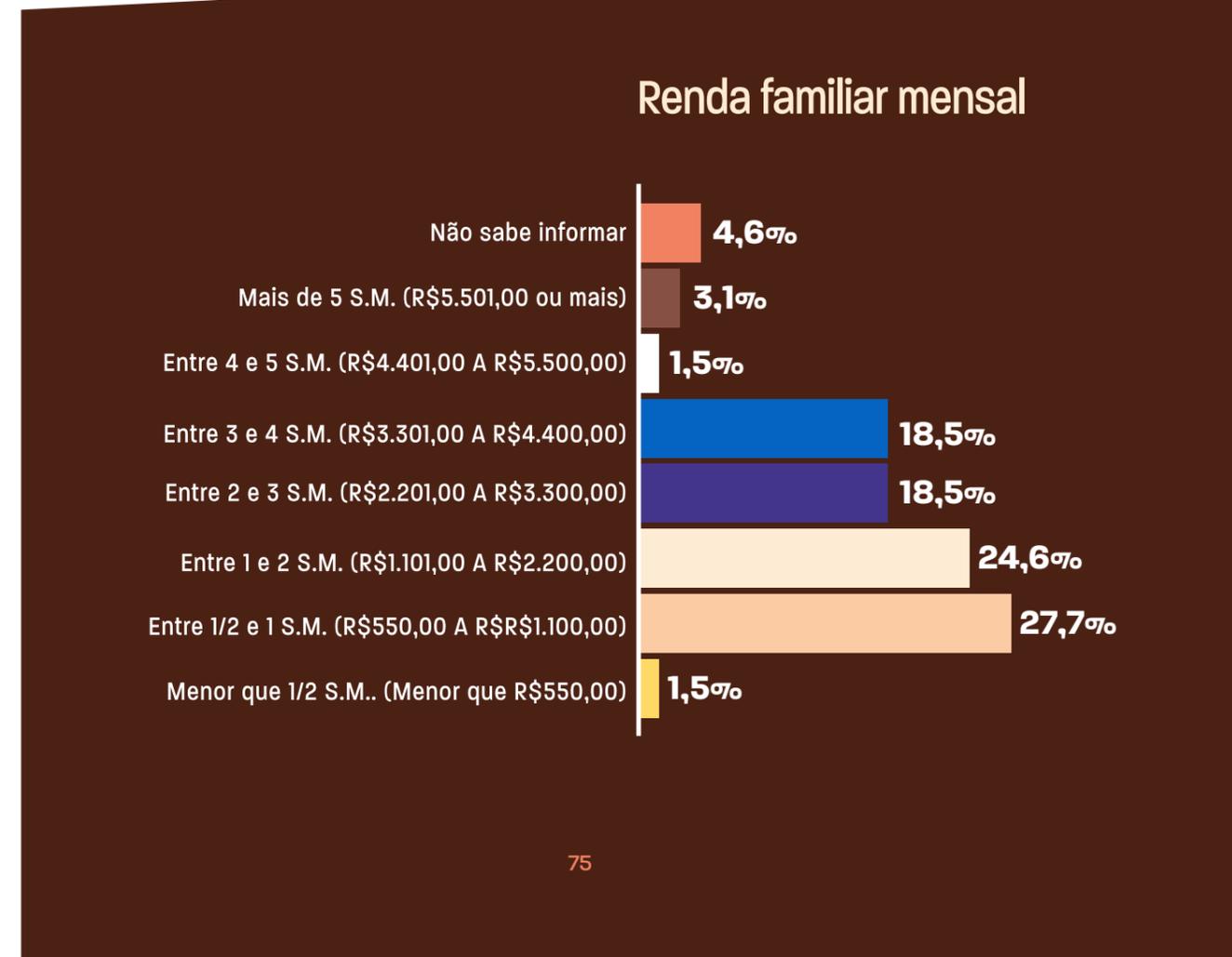
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), no primeiro trimestre de 2020 a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos de idade já alcançava 27,1%, bem acima da média geral de 12,2% do país no período. No terceiro trimestre daquele ano, o desemprego desse grupo etário passou para 31,4% e a média geral chegou a 14,6% no país.

Com o aprofundamento do contexto pandêmico, o desemprego no Brasil bateu novo recorde, alcançando 14,7% (14,8 milhões) da população no primeiro trimestre de 2021. No estado do Rio de Janeiro, a taxa chegou a 19,4% (1,6 milhão), com 316 mil desempregados a mais que no mesmo período de 2020. Cerca de 1/3 do total de desempregados são jovens entre 18 e 24 anos. No mundo, um em cada seis jovens perdeu seu emprego após o início da pandemia e aqueles que conseguiram manter seus vínculos tiveram alguma redução de renda e, conseqüentemente, de consumo nesse período. A informalidade é o que resta como meio para conseguir algum ganho: no estado do Rio de Janeiro, no primeiro trimestre de 2021, 37,2% da população ocupada, cerca de 2,4 milhões de pessoas, eram trabalhadores informais. O desemprego, o encarecimento da vida (alimentos, gás, energia elétrica, etc.), a falta de políticas de assistência social e de manutenção da renda e empregos por parte do Estado, geram um aprofundamento da pobreza, situações de necessidade absoluta e o retorno da fome ao cenário brasileiro. Também são responsáveis por empurrar milhares de pessoas, em especial jovens homens e mulheres, para trabalhar como entregadores e motoristas de aplicativos e trazem à tona o debate necessário sobre a precarização das condições de trabalho, baixíssimos ganhos, ausência e tendência de redução dos já poucos direitos trabalhistas e sociais.

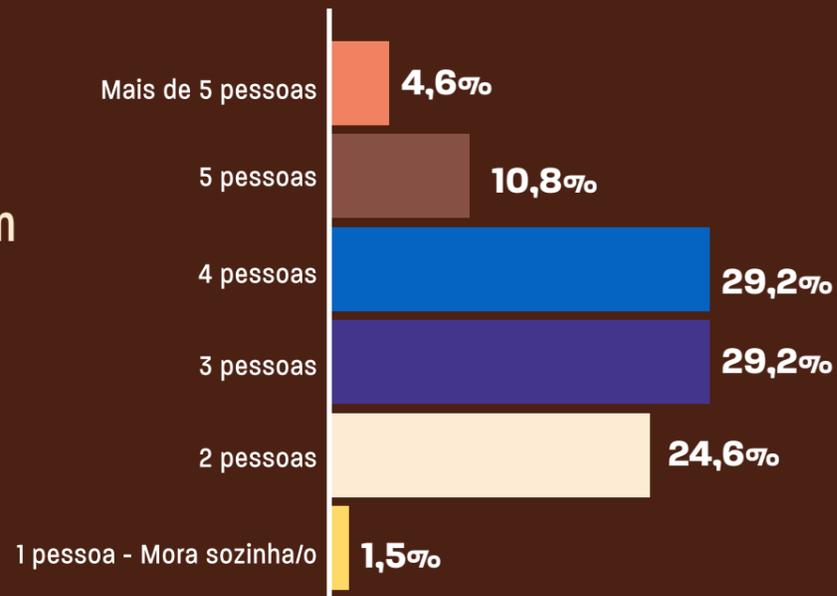


A renda é um dos elementos fundamentais para analisar o processo de desigualdades que estruturam as relações em nosso país. Do grupo de entrevistados, 53,8% (35) vivem com uma renda mensal familiar igual ou menor que 2 salários mínimos, ou R\$ 2.200,00 (valor vigente em outubro de 2021). Quase 30% (19) das famílias não recebem mais do que 1 salário mínimo por mês. Se relacionamos a renda mensal familiar ao número médio de moradores por domicílio encontrado na pesquisa, veremos que as famílias são compostas por uma média de 3,3 pessoas sob o mesmo teto, fazendo com que a renda per capita não alcance 30% do salário mínimo, ou seja, menos de R\$ 330,00 por pessoa. Nos dados levantados pelos/as jovens pesquisadores, quase 60% (38) das famílias são compostas por 3 ou 4 pessoas.

Com o encarecimento do custo de vida generalizado provocado pela crise político-econômica e aprofundado pela crise sanitária do novo Coronavírus, manter uma família nessa condição de aumento de preço de alimentos importantes da cesta básica, de gás e outros combustíveis, energia elétrica, transportes públicos etc., é uma luta cotidiana quase sobre-humana.



### Contando com você, quantas pessoas moram atualmente em sua casa?



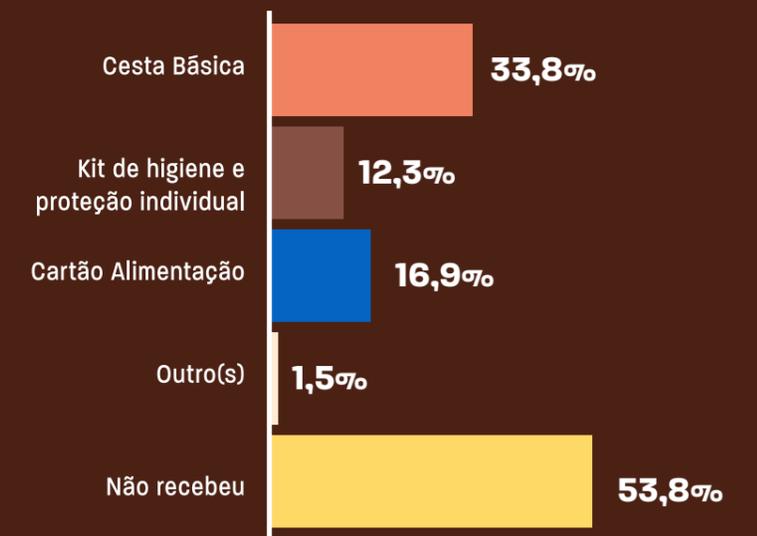
Nessa batalha pela sobrevivência, os/as jovens assumem papel importante: a pesquisa revelou que eles/as são responsáveis pelo sustento de 36% (24) das famílias. Em seguida, aparecem mães, com 27,7% (18), e pais, com 15,4% (10). Como é possível depurar, a necessidade de trabalhar para se sustentar e complementar a renda familiar é um fator que afasta os/as jovens das escolas e os empurram para a informalidade, a viração diária e os poucos empregos precarizados e mal remunerados, agravando e perpetuando as desigualdades no país. Além disso, as respostas também expressam a importância das mulheres no sustento dos lares: quase 50% (32) dos formulários indicaram que as famílias são chefiadas por mulheres.

Apesar da precariedade de moradia, educação, renda e trabalho, são poucos os jovens que possuem acesso a algum programa público de transferência de renda. Apenas 18,5% (12) informaram possuir o antigo Bolsa Família, descontinuado em 2021, na gestão do presidente Jair Bolsonaro e substituído pelo populista Auxílio Brasil. Mesmo durante a pandemia, em que as condições de vida tiveram uma significativa piora, a política pública criada para garantir o mínimo para a sobrevivência de milhares de brasileiros, a despeito dos obstáculos criados pelo presidente, não alcançou

todos aqueles que necessitavam. Dos/as jovens entrevistados/as, 44,6% (29) não receberam o auxílio e 21,5% (14) receberam apenas as parcelas da primeira rodada, no valor de R\$ 600,00 entre os meses de abril e dezembro de 2020. Apenas 33,8% (22) afirmaram que receberam parcelas de novas rodadas do auxílio emergencial, que teve seu valor reduzido drasticamente.

A crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus aprofundou ainda mais a crise social que já vinha se anunciando desde 2016, aumentando fortemente o desemprego e diminuindo a renda da população. Nesse cenário, muitas famílias passaram a enfrentar um cotidiano de precariedades que só não foi pior por um conjunto de ações de solidariedade que buscavam garantir o mínimo necessário à sobrevivência. Muitas dessas ações e iniciativas tiveram o protagonismo e a participação das juventudes nos territórios. Foi assim que muitas famílias conseguiram resistir nesse período. Dos jovens entrevistados, mais de 50% (33) informaram que a família recebeu ajuda relacionada à provisão de alimentos, sendo que 33,8% (22) receberam ao menos cesta básica em algum momento da pandemia e outros 16,9% (11) cartão alimentação. O oferecimento de kits de higiene e proteção individual, como máscaras faciais e álcool em gel, elementos fundamentais para o controle da contaminação da Covid-19, também alcançou 12,3% (8) dos entrevistados. Do total, 15,4% (10) receberam mais de uma ajuda humanitária ou ação de solidariedade.

### Durante a pandemia recebeu algum tipo de ajuda humanitária ou ação de solidariedade?



Contudo, a inconstância das ações (em função mesmo de sua natureza emergencial e solidária) e o próprio prolongamento da pandemia no tempo fizeram com que as famílias recebessem ajuda durante um curto período de tempo e não tivessem a garantia de continuarem sendo assistidas. Assim, apenas 4,6% (3) das respostas informavam que continuavam recebendo algum tipo de ajuda humanitária ou ação de solidariedade em novembro de 2021.

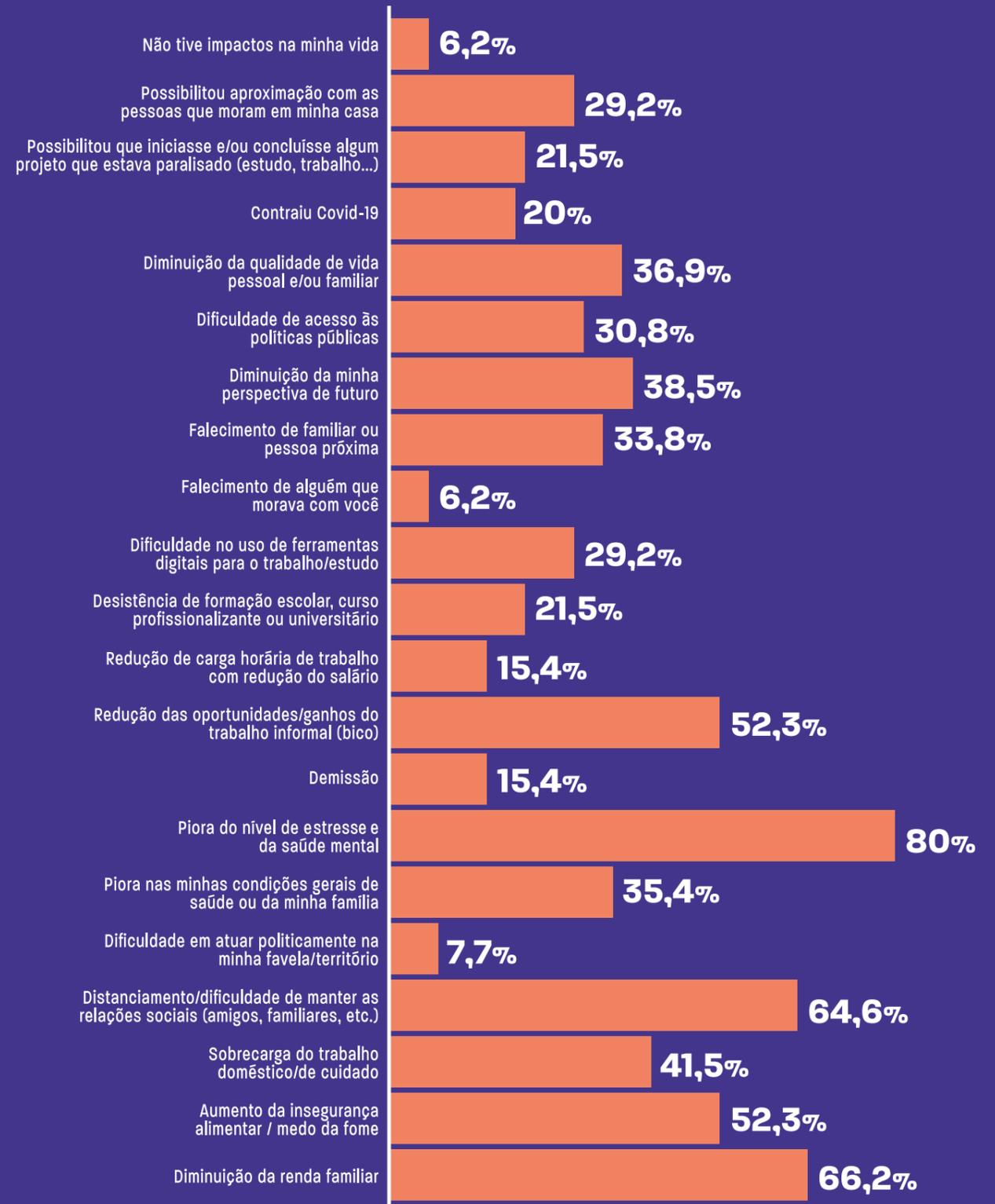
Outra informação fundamental nesse contexto dizia respeito ao avanço da vacinação contra a Covid-19. Em agosto de 2021, a cidade do Rio de Janeiro já havia alcançado 93% de cobertura vacinal entre as pessoas com 18 anos ou mais. Em meados de novembro daquele ano, durante a realização da pesquisa, o esquema vacinal completo (segunda dose ou dose única) já alcançava 95% da população acima dos 18 anos. Dos jovens entrevistados, quase 63,1% (41) já estavam com a vacinação em dia, com a segunda dose ou dose única, e 30,8% (20) estavam com a primeira dose. Apenas 4,6% (4) dos entrevistados ainda não haviam se vacinado, demonstrando a forte adesão da população, em especial, dos jovens, ao chamado da Ciência.

### Impactos da Covid-19

Neste bloco de 9 (nove) questões, os/as jovens pesquisadores/as procuram identificar, de modo geral, os principais impactos provocados pela pandemia de Covid-19 em suas vidas, famílias e rotinas, além de identificar elementos ligados ao processo de piora das condições materiais, com a perda de emprego, encarecimento generalizado e redução do poder de compra.

E foram exatamente essas as mazelas mais indicadas pelos/as 65 entrevistados/as. Entre um leque de impactos apresentados (permitindo múltiplas escolhas), 80% (52) dos/as jovens apontaram uma piora do nível de estresse e da saúde mental; 66,2% (43) experienciaram uma diminuição da renda familiar; 64,6% (42) colocaram como problemas o distanciamento social e as dificuldades na manutenção das relações com amigos, familiares e outras pessoas do círculo social; 52,3% (34) citaram a redução das oportunidades e/ou ganhos advindos do trabalho informal (bicos); outros 52,3% (34) vivenciaram o aumento da insegurança alimentar e/ou o medo de passar fome durante o período da pandemia. Entre outros dados que apontam a complexidade e as dificuldades do contexto após o surgimento da Covid-19, aquele que de algum modo resume tudo isso é a diminuição das perspectivas de futuro, que fica como sequela desse tempo.

### Qual(is) foi/foram o(s) principal(is) impacto(s) da Covid-19 em sua vida?

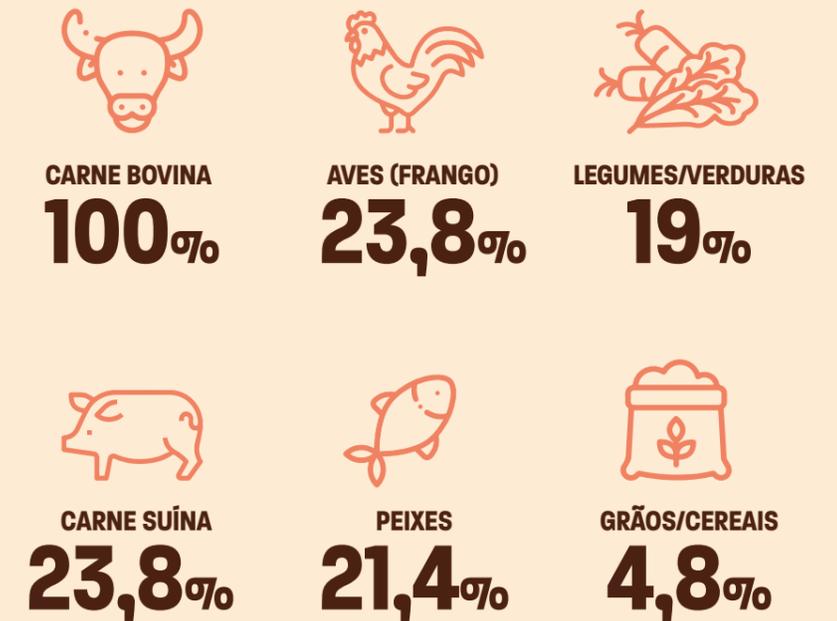


Se o status de pandemia definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 indica que a Covid-19 atingia a quase totalidade dos territórios do mundo, a forma como determinados países (particularmente os mais pobres) e populações (pobres, negras e periféricas) enfrentaram a doença foi definida em grande parte pelas condições econômicas/materiais. As populações mais vulnerabilizadas, que ocupam favelas e periferias, são as mais impactadas por terem menor possibilidade de realizar adequadamente as medidas preventivas de isolamento e acesso adequado à saúde. Junto com a luta contra o vírus, esses territórios enfrentam históricas violações de diversas ordens pela falta de investimentos em políticas públicas fundamentais à manutenção da vida, como saúde, habitação, saneamento básico, entre outras. Demonstrando isso, quando perguntados sobre a possibilidade de realizar o isolamento social domiciliar, é significativo que 30,8% (20) dos/as jovens tenham respondido que não foi possível realizar o isolamento conforme orientação das autoridades de saúde; ou que 61,5% (40) tenham conseguido fazer o isolamento apenas no início da pandemia, quando houve um período maior de restrição ao funcionamento de comércios, serviços e até dos transportes públicos. Apenas 7,7% (5) dos/as jovens apontaram que continuavam em isolamento ou que retornaram às atividades presenciais havia pouco tempo.

Se as formas de enfrentamento se diferenciam em função da classe social, da raça e do território de determinadas populações, as consequências também são e serão distintas. As restrições de consumo, insegurança alimentar e mesmo a fome são consequências que já marcam o nosso cotidiano. Com a crise econômica, a inflação assume um ritmo de alta e faz da vida, já marcada por limitações, uma batalha diária pela sobrevivência. Para 64,6% (42) dos/as jovens entrevistados/as, as dificuldades apareceram na restrição ao consumo de alimentos; desses, 100% afirmaram que a família teve dificuldades para consumir carne de origem bovina. Esse resultado reflete um cenário nacional. Pesquisadores do Centro de Inteligência da Carne Bovina da Embrapa Gado de Corte, analisando dados da Companhia Nacional de Abastecimento, apontaram que o consumo de carne bovina no país, em 2021, chegou ao nível mais baixo dos últimos 25 anos: a quantidade média de carne de origem bovina consumida em 1 ano chegou a 26,5 quilos por habitante, 40% menor que o pico de 42,8 quilos consumidos em 2006. Em 2020 esse número já tinha chegado na média dos 29,3 quilos por habitante<sup>27</sup>.

Outras carnes, como as de porco, peixes e aves também foram citadas, junto com legumes/verduras e grão/cereais. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), alimentos básicos no prato dos brasileiros, como o arroz e o feijão, tiveram um aumento acima de 60% entre março de 2020 e março de 2021<sup>28</sup>.

Durante a pandemia sua família teve dificuldade para consumir algum alimento?

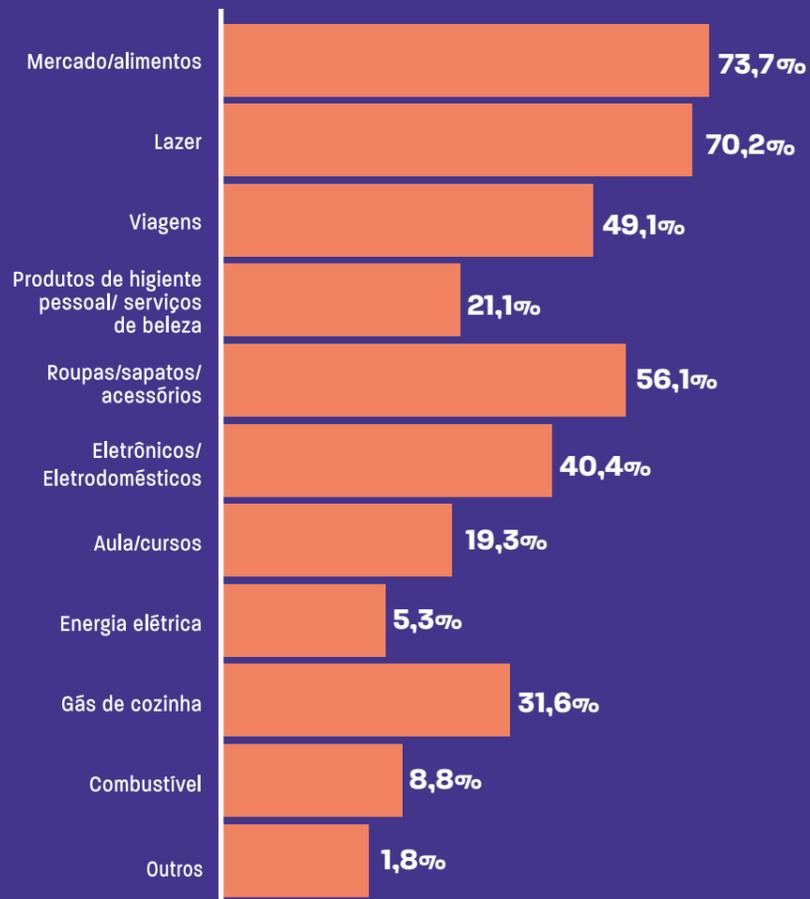


Essa situação pode ter levado à necessidade de interrupção total do consumo de alguns alimentos pelas famílias: para 32,3% (21) dos/as jovens entrevistados/as essa foi uma dura realidade e a carne bovina, novamente, aparece como o principal alimento que desapareceu dos pratos.

A articulação das diferentes crises também impactou no consumo de outros produtos e serviços. Para 87,7% (57) dos jovens houve redução no consumo de produtos e serviços. Como visto, o maior impacto foi no consumo de alimentos, com redução para 73,7% (42) das famílias; 70,2% (40) em gastos com lazer e 49,1% (28) com viagens; 56,1% (32) com roupas, sapatos e acessórios, 40,4% (23) em eletrônicos/eletrodomésticos, 21,1% (12) em artigos de higiene pessoal e serviços de beleza, e 19,3% (11) em aulas ou cursos. Chama atenção ainda, a redução no consumo de energia

elétrica, combustíveis e, sobretudo, gás de cozinha. Dados do Observatório Social da Petrobras (OSP), demonstram que o preço médio de um botijão de 13 quilos registrou recorde em novembro de 2021, alcançando os R\$ 106,50<sup>29</sup>, o que representa cerca de 10% do salário mínimo vigente à época (R\$ 1.110,00).

### Durante a pandemia sua família precisou reduzir o consumo de algum produto ou serviço em função dos preços?



Também por conta das crises em curso, 18,5% (12) jovens precisaram mudar de profissão ou de ocupação durante o período da pandemia e outros 20% (13) precisaram complementar a renda principal adicionando mais um trabalho ou ocupação no dia-a-dia. Em ambos os casos, a informalidade foi o destino desses/as jovens: seja como vendedores/as informais de serviços e produtos, na maior parte das vezes realizados no interior das próprias favelas; como entregadores/as de aplicativos; ou com a oferta de serviço de lava-jato no interior ou nas margens das favelas. Na viração do cotidiano, marcado pela precariedade, o empreendedorismo “intuitivo” aparece como resultado da luta pelo sustento e pela sobrevivência imediata, distantes dos processos de planejamento e formalização.

### Violência e seus impactos

No último bloco do formulário, os/as jovens pesquisadores/as buscaram compreender os processos de violações de direitos acontecidos durante abordagens e/ou operações policiais, identificando onde e de que forma ocorreram, além dos sentimentos e sensações que ficam desse processo e quais os atores da Segurança Pública que se destacam nessas situações. Para isso foram apresentadas 11 (onze) questões, 6 (seis) delas exclusivamente para os/as jovens que responderam “sim” na primeira pergunta, ou seja, que afirmaram já ter vivenciado alguma situação violenta ou de violação que envolvia as forças de Segurança Pública.

Dos/as 65 jovens entrevistados/as, 46% (30) indicaram ter vivenciado alguma situação violenta ou violação de direitos envolvendo as forças de Segurança Pública. Na sequência do formulário as próximas 6 perguntas foram direcionadas exclusivamente para esses/as 30 jovens, que possuem o seguinte perfil: 66,7% (20) são homens cisgênero e 33,3% (10) são mulheres cisgênero. Dos homens, 75% (15) são negros e 25% (5) brancos. Das mulheres, chega a 80% (8) o percentual de negras. Assim, do ponto de vista da cor da pele, 76,7% (23) dos 30 jovens que afirmaram ter passado por violência ou violação de direito executada por agentes da Segurança Pública são negros e negras. Apenas 23,3% (7) se declararam brancos/as. Olhando para os territórios desses/as jovens, identificamos que 70% (7) dos/as 10 jovens moradores/as de Acari, 50% (6) dos/as 12 jovens da Maré, 46,7% (14) dos/as 32 jovens de Mangueiras e 27,3% (3) dos/as 11 de Copacabana (Ladeira dos Tabajaras) afirmaram ter vivenciado essas situações. Por sua vez, a escolaridade

desse grupo indica que 43,3% (13) interromperam seus estudos e não estão frequentando seja o Ensino Fundamental (23,3%) ou o Médio (20%). São 36,7 (11) os/as que concluíram o Ensino Médio e apenas 6,7% (2) os/as que estão frequentando o Ensino Superior. Com relação à ocupação desses/as jovens que passaram por situações de violência e/ou violação, 70% (21) indicaram possuir alguma ocupação ou atividade que gera renda, outros 16,7% (5) estavam trabalhando e estudando, 10% (3) se encontravam desempregados e estudando, e apenas 1 pessoa (3,3%) não tinha ocupação nem estudava no momento. Já a renda familiar desse grupo demonstra que 40% (12) dos/as jovens e suas famílias vivem com até 1 (um) salário mínimo por mês.

Para esses/as jovens, junto com a cor que confirma a existência de um estereótipo preferencial como alvo das ações das forças de Segurança Pública, a figura do “elemento suspeito<sup>30</sup>”, a renda e o local de moradia aparecem como componentes significativos na vivência de situações de violência ou violação de direitos: quanto mais pobre e periférico o território, afastado do centro e dos bairros mais abastados, maiores as chances dos/as jovens serem vítimas de violências e violações praticadas por agentes do Estado. Além disso, a própria percepção do que é violência e violação de direitos varia e pode mesmo ser relativizado a depender da frequência em que essas situações ocorrem.



Um exemplo dessa relativização sobre qual situação se configura em uma violência ou violação de direitos pode ser encontrada nas respostas para a seguinte pergunta: *Você ou pessoa próxima já teve o celular vasculhado durante abordagem/operação policial?* Dos/as 65 jovens que responderam à pesquisa, **60% (39) indicaram que já haviam passado ou presenciado situações de invasão dos equipamentos por parte de agentes da Segurança Pública.** Esse número contrasta com os 46% (30) que consideraram ter sofrido ou presenciado violência ou violação. A banalização desse abuso pode fazer com que uma parte desses/as jovens **deixem de considerar o ato uma violência ou violação de seus direitos.**

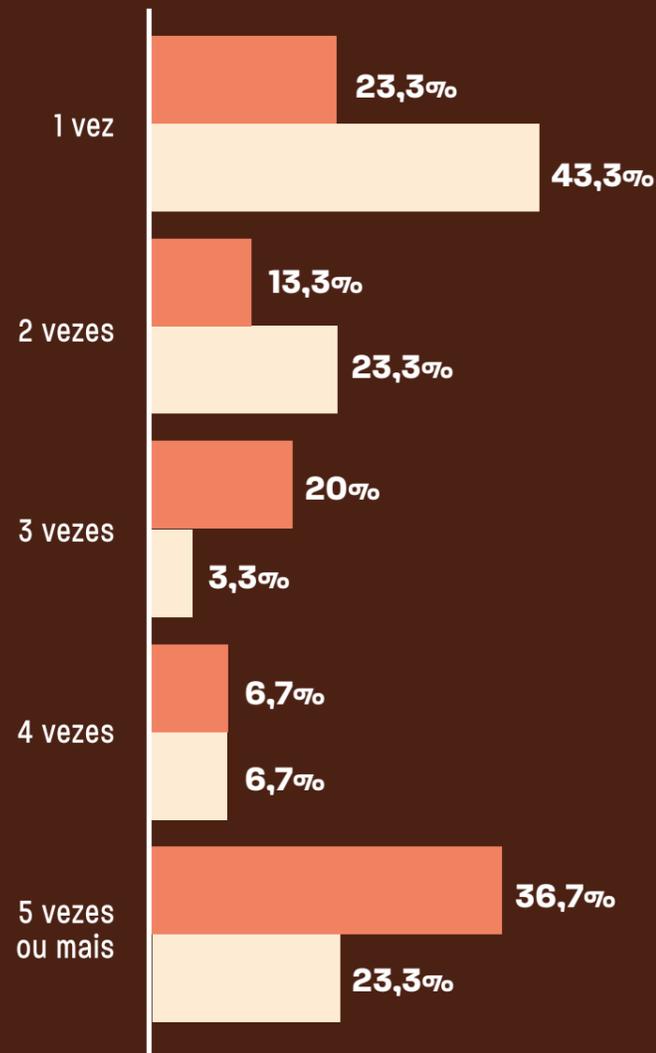
**“Eu mesmo já tive o telefone quebrado porque me recusei a colocar a senha para desbloquear a tela para um policial. Ele não tinha nem o direito de me pedir isso e muito menos quebrar meu telefone. Ele poderia me conduzir [para a delegacia] se ele quisesse, mas ele sabendo que eu não tinha nada, para não perder tempo de ter que me levar para a delegacia, preferiu quebrar meu telefone. Isso é muito errado, é abuso de autoridade”.**

Jovem negro de 22 anos, participante do grupo focal

Perguntados sobre a quantidade de vezes que os/as jovens experienciaram violência(s) ou violação(ões) de direitos, sem uma referência de tempo específica, 36,7% (11) afirmaram que já passaram por essa situação 5 (cinco) vezes ou mais, 6,7% (2) por 4 (quatro) vezes, 20% (3) por 3 (três) vezes, 13,3% (4) por 2 (duas) vezes e 23,3% (7) por 1 (uma) vez. Quando perguntados/as quantas vezes esse(s) fato(s) ocorreram nos últimos 12 meses, demarcando então um período de tempo, vemos que 43,3% (13) passaram por situação(ões) de violência(s) ou de violação(ões) 1 (uma) vez no período, 23,3% (7) por 2 (duas) vezes, outros 23,3% (7) por 5 (cinco) vezes ou mais, 6,7% (2) por 4 (quatro) vezes e 3,3% (1) enfrentaram 3 episódios de violências e/ou violações.

### Quantas vezes isso aconteceu?

- Quantas vezes isso aconteceu? (sem tempo de referência)
- Quantas vezes isso aconteceu no último ano (12 meses)?



As violências e violações de direitos vivenciadas pelos/as jovens variam não só na frequência, mas, sobretudo, nas situações em que ocorreram. Em geral, todas elas envolvem uma profunda dinâmica de ilegalidades e agressões promovidas pelas forças de Segurança Pública. É assustador que 70% (21) dos/as jovens que passaram por violência e violação de direitos tenham tido a casa invadida. O “pé na porta” é uma realidade reveladora de como os territórios de favela e seus moradores sofrem durante as ações (oficiais ou oficiosas) desses agentes: a lei e os padrões básicos do sistema de justiça criminal não fazem parte do cotidiano. Não menos assustador é a constatação de que 63,3% (19) desses/as jovens considerem ter sofrido abusos de autoridade e 60% (18) tenham sido ameaçados/as ou intimidados/as. As violências verbal, física e sexual provocadas pelas forças de segurança também aparecem no cotidiano desses/as jovens, incluindo ter armas de fogo apontadas para si (em 50% dos casos). Distintas formas de discriminação, como o racismo e a LGBTQIAP+fobia, também estão presentes nesse contexto de abusos.

Jovem branca de 21 anos, participante do grupo focal

**“A forma como eles [a polícia] te diferenciam através da sua cor leva a atitudes diferentes, abordagens diferentes. As perguntas que eles fazem são diferentes a depender da sua cor. Com as pessoas brancas, a polícia “afrouxa” um pouquinho”.**

Jovem negra de 19 anos, participante do grupo focal

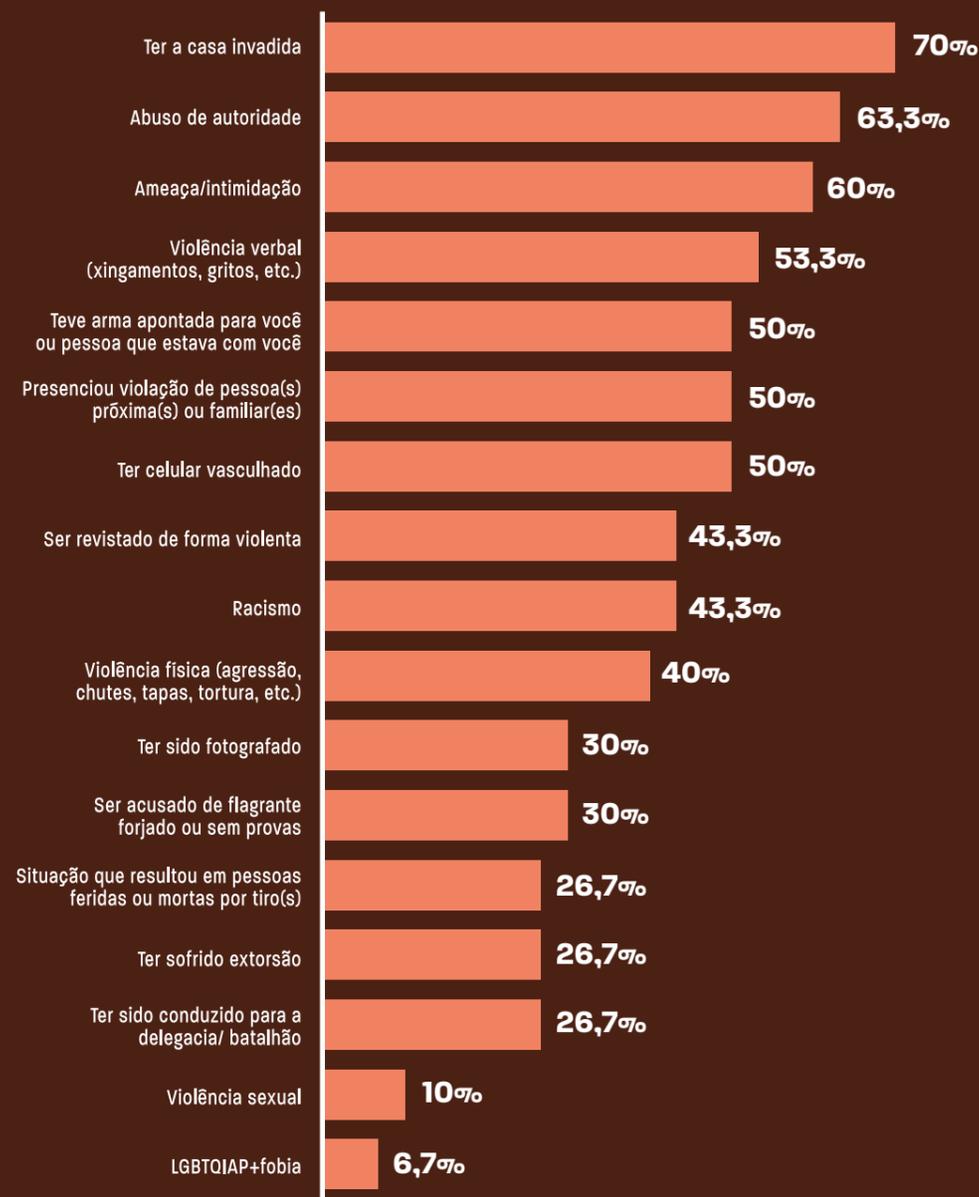
**“Em abordagens ou operações policiais, pessoas negras são afetadas de forma diferentes, mais intensa, por conta do racismo. Assim como o preconceito racial, o preconceito por gênero e orientação sexual existe, e essa diferença vai estar sempre no meio [durante uma abordagem]”.**

A revista pessoal geralmente violenta, o “pente fino” nos smartphones e redes sociais, e o registro fotográfico ilegal estão no padrão de atuação. Assim, de modo geral, o que vemos é um repertório significativo de abordagens que resulta em violência e violação de direitos fundamentais, chegando ao número de 26,7% (8) dessas situações terminando com pessoas feridas ou mortas. De acordo com a frequência com que esses casos aconteceram para cada jovem, eles/elas puderam indicar as diferentes situações pelas quais passaram, o que explica o total maior que 100% na soma das respostas.

**“Se o objetivo das operações policiais nas favelas é matar gente, esse objetivo é alcançado sim. Agora, se for acabar com o tráfico de drogas, não”.**

Jovem negro de 28 anos, participante do grupo focal

### Que tipo de situação ou violação você considera ter passado?



Sobre o local onde essa(s) situação(ões) aconteceuu(ram), os/as jovens revelam que é no território das favelas e suas bordas que a maioria das violências e violações acontecem. Em 83,3% (25) dos casos, as abordagens que terminaram em abusos aconteceram enquanto os/as jovens se deslocavam a pé dentro da favela em que moram, 40% (12) ocorreram durante operação policial no interior da favela e 36,7% (11) durante deslocamento a pé nas proximidades da favela. Outras situações de abordagem, como em blitz, no interior de transporte público e veículos particulares ou de aplicativos também marcam a forma como essas situações acontecem. Contudo, de modo geral, o território de moradia representa risco para as juventudes. No lugar em que poderiam se sentir "seguros/as", nem a rua e nem a casa, alvo constante da violência policial, permitem vivenciar essa sensação.

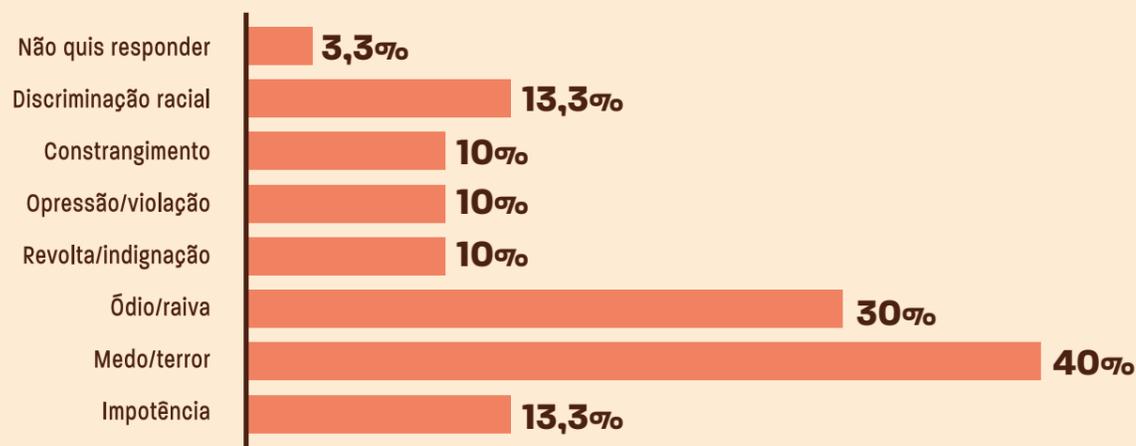
### Onde ocorreu essa situação ou violação?



Se as situações de violência e violações são múltiplas e ocorrem de distintas formas, nenhuma justificativa foi apresentada em 56,7% (17) dos casos. Na reafirmação da figura do “elemento suspeito” as abordagens podem ser justificadas pela simples suposição do envolvimento com o tráfico de drogas (33,3%), com roubo/furto (16,7%) ou apenas por estarem em situações “suspeitas” (33,3%). O reconhecimento fotográfico, aparece como justificativa para 3,3% (1) dessas situações. Apesar do baixo quantitativo nesta pesquisa, a difusão de equipamentos de reconhecimento facial e as fotos disponíveis nas redes sociais tendem a provocar um aumento dessas situações. A pesquisa “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro”, realizada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro entre os meses de janeiro e junho de 2021, revelou que 30% dos casos de prisão baseada no reconhecimento fotográfico resultaram em injustiça provocada por erro no uso do recurso. A maioria das vítimas dos “álbuns de suspeitos”, homens negros, permaneceram presos por mais de 1 ano até a absolvição. Um erro que deixará sua marca pela vida toda.

As consequências desse cotidiano de violências e violações na vida das juventudes faveladas são muitas e terríveis. Para os/as jovens que passaram essas situações a principal sensação ou sentimento que resultou é medo e terror em 40% (12) dos casos. O ódio e a raiva (30%), assim como o sentimento de ter sofrido discriminação racial (13,3%) e opressão e violação (10%) também ficam como marcas do episódio, junto com a sensação de impotência (13,3%) e constrangimento (10%).

### Qual sensação ou sentimento que você sente/sentiu durante situação violenta ou de violação de direitos?

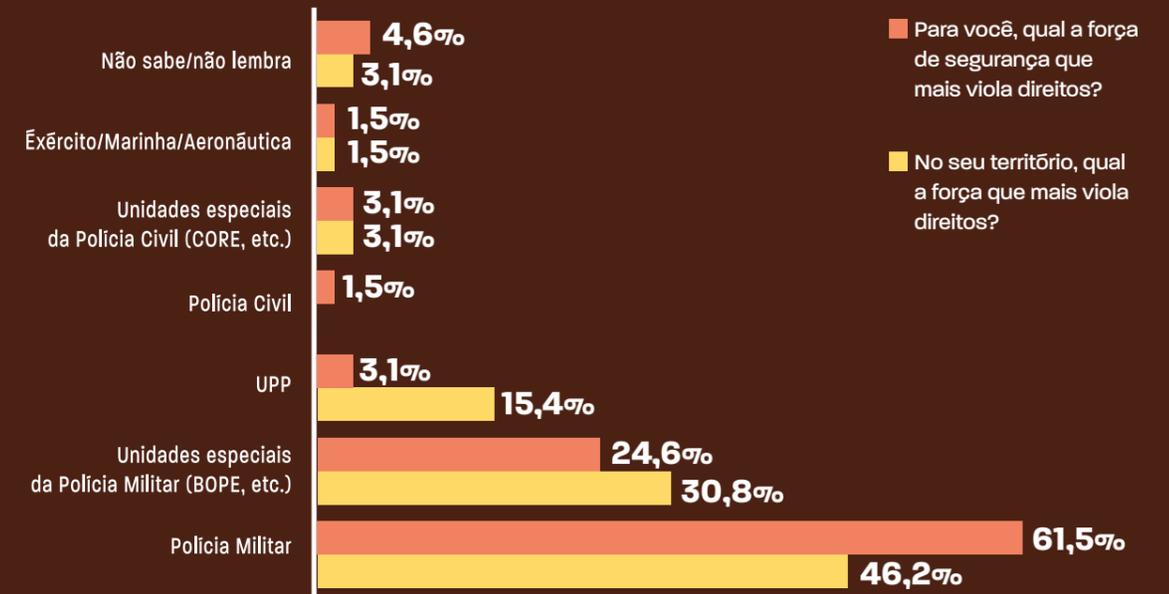


Retornando para o universo de 65 jovens que responderam o formulário, quando perguntados sobre a força de Segurança Pública que mais viola direitos e aquela que mais viola no território, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), enquanto instituição, aparece na frente em ambos os casos. Em seguida, aparecem as unidades especiais da própria PMERJ, como o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), e as Unidades de Polícia Pacificadora, que aparecem como a 3ª que mais viola direitos nos territórios (15,4%). Outras forças também foram citadas, como a Polícia Civil e suas unidades especiais, responsável pela investigação criminal, e as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), que têm sido incluídas nas recentes Políticas de Segurança Pública com resultados desastrosos.

Jovem negra de 24 anos, participante do grupo focal

**A desculpa deles é sempre a guerra às drogas, uma guerra que não tem fim. Como eu disse: o papel da polícia tem sido de opressão, e não tem como ser os dois, oprimir e contribuir para a segurança”.**

### Qual a força de Segurança Pública que mais viola Direitos?



Por último, o que fica, aquilo que resta, de todo esse processo cotidiano de violência e violações de direitos envolvendo as forças de Segurança Pública que marcam a vida de jovens moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro, é a desconfiança e consideração majoritariamente negativa desses agentes e de suas instituições. Assim, não causa surpresa que a primeira ideia expressa em palavra (ou palavras, o que resulta em uma soma maior do que 100%) quando se pensa em “Polícia” é medo para 26,2% (17). São inúmeras as classificações negativas, como morte, tiroteio e bala perdida, covardia e injustiça, corrupção, ódio e raiva, entre outras. Apenas 4 (quatro) citações fizeram referências positivas, como segurança e esperança.

### Qual a primeira ideia que vem à cabeça quando você pensa em polícia?



## Interrupções cotidianas: dos impactos da violência para os serviços de saúde e educação em territórios de favela às incertezas sobre o futuro

**"É tenso ter que adaptar a nossa rotina à violência do Estado. Isso é tão rotineiro aqui..."**

Jovem negra de 23 anos, participante do grupo focal

Quando falamos de violações e violências nos territórios de favelas e periferias um dos principais assuntos que chamam atenção é a recorrência das interrupções no dia-a-dia dos seus moradores. Do trabalho à educação, da saúde aos comércios, são múltiplas as áreas que são afetadas em decorrência de operações policiais, fazendo com que moradores e profissionais precisem readequar suas rotinas e atividades, quando não suspendê-las por completo.

**"Geralmente, essas operações acontecem pela manhã, quando a gente está começando a nossa rotina. Então isso atrapalha nossa primeira tarefa e acaba desorganizando o dia todo. Ninguém vai sair no meio de um tiroteio, correndo o risco de tomar uma bala perdida".**

Jovem negro de 22 anos, participante do grupo focal

De acordo com a Plataforma Fogo Cruzado, entre março de 2019 e março de 2020, dos 6.114 tiroteios ocorridos na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, 1.948 deles foram no entorno de escolas, fazendo com 1.758 unidades de ensino tivessem suas aulas afetadas diretamente pelos tiroteios<sup>31</sup>. As escolas fechadas deixam impactos profundos nos processos de aprendizagem, marcando a vida de professoras/es e alunas/os.

**"Um dos principais impactos para a educação é a falta de perspectiva de futuro, de referência, da interrupção dos sonhos por conta da violência".**

Professora de 22 anos atuante no Complexo da Maré, participante do grupo focal



Em determinadas situações, a escola deixa de ser o espaço do desenvolvimento para ser o espaço do risco: em março de 2017, Maria Eduarda Alves da Conceição, aos 13 anos, foi baleada e morta dentro Escola Municipal Professor e Escritor Daniel Piza, em Acari durante uma ação policial no entorno.

**"A violência do estado não necessariamente vai te matar diretamente. De um jeito ou de outro eles vão arranjar um jeito de te matar, de acabar com a tua saúde e com a tua educação".**

\_\_\_\_\_  
Jovem negra de 25 anos, participante do grupo focal

Em 2021, a mesma plataforma contabilizou 1.510 situações de disparos ou troca de tiros a menos de 300m de unidades de saúde na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, afetando diretamente 1.688 unidades. Do total, 408 situações resultaram de ações ou operações policiais<sup>32</sup>.

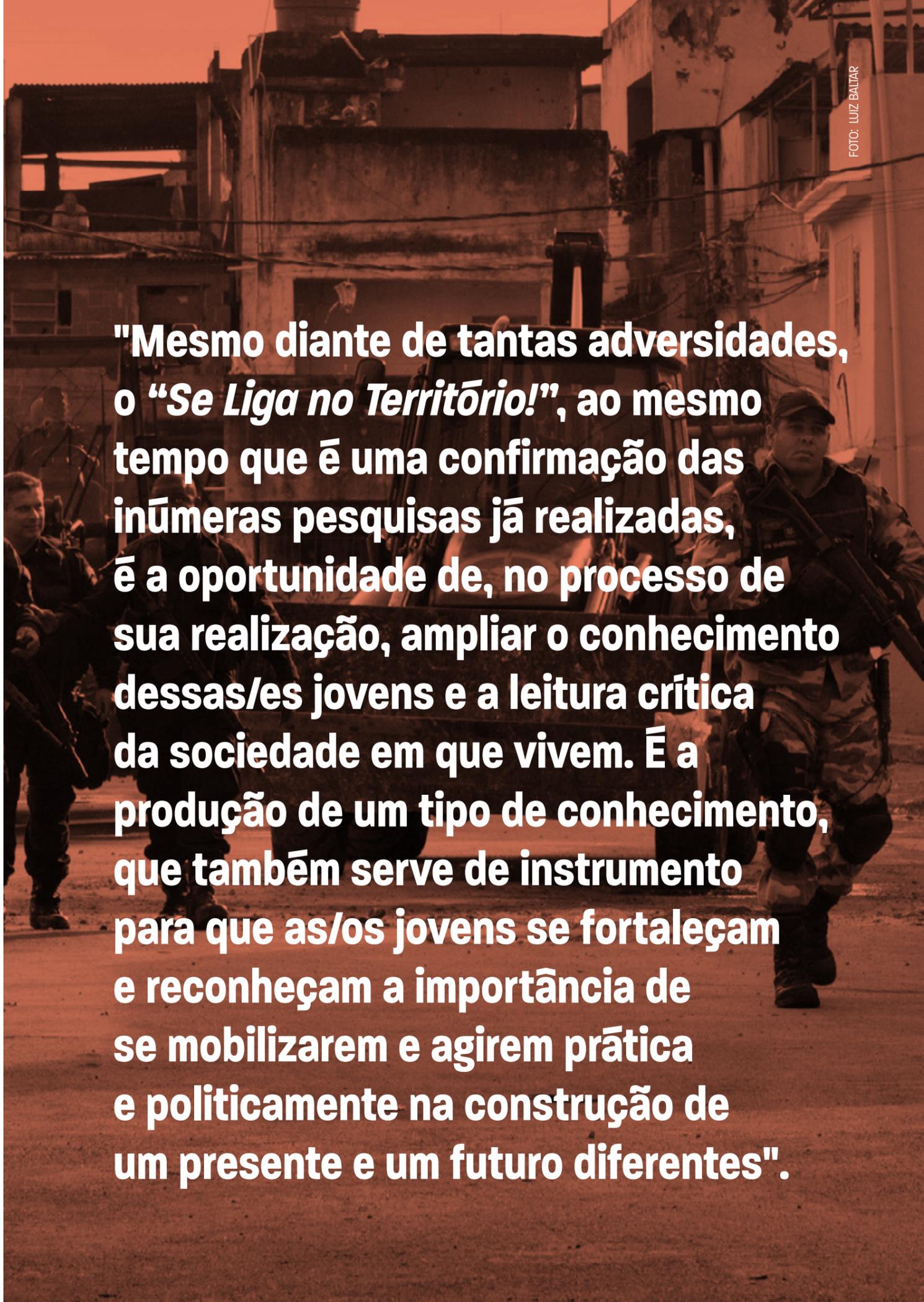
**"A maior consequência disso tudo é, sem sombra de dúvida, a suspensão do serviço, as pessoas não conseguem chegar na unidade, não conseguem ser atendidas, as consultas não serem remarcadas, os traumas que isso gera nos profissionais".**

\_\_\_\_\_  
Agente comunitária de saúde de 35 anos atuante no Complexo de Manguinhos, participante do grupo focal

Nessas condições, em que o cotidiano é posto em xeque, o futuro aparece como uma incógnita:

**"A gente tem que entender que a gente vive num ambiente no qual a gente pode morrer todos os dias".**

\_\_\_\_\_  
Jovem negra de 27 anos, participante do grupo focal



**"Mesmo diante de tantas adversidades, o *"Se Liga no Território!"*, ao mesmo tempo que é uma confirmação das inúmeras pesquisas já realizadas, é a oportunidade de, no processo de sua realização, ampliar o conhecimento dessas/es jovens e a leitura crítica da sociedade em que vivem. É a produção de um tipo de conhecimento, que também serve de instrumento para que as/os jovens se fortaleçam e reconheçam a importância de se mobilizarem e agirem prática e politicamente na construção de um presente e um futuro diferentes".**

# Considerações finais

O “**Se Liga no Território!**” se desenvolveu em duas dimensões. Não necessariamente nesta ordem, mas uma foi a de que jovens moradores/as pesquisassem seus territórios, analisassem o que foi extraído e apresentassem seus resultados, considerando a perspectiva de quem vive e experiencia o território; que assumissem o papel de pesquisadores/as, passando por uma preparação prévia participativa, definindo em conjunto os caminhos que precisariam ser seguidos. Tudo isso longe de desconsiderar a importância das pesquisas que seguem os critérios e métodos das Ciências Sociais desenvolvidas nas universidades e em outras instituições de pesquisa. A outra dimensão foi a de explicitar e analisar os dramas e o terror que esses jovens, em sua maioria negros e pobres, moradores de favelas e periferias sofrem nos territórios pesquisados. Ou seja, intensificar o olhar crítico sobre os resultados que as/os pesquisadoras/es estão implicadas/os diretamente.

Quanto ao ato de pesquisar, nos orientamos pela ideia da importância da complementariedade e trocas de saberes, cada vez mais necessários. Não se trata, como já afirmamos, de ignorar a fundamental importância do conhecimento científico, sobretudo num tempo de negação da Ciência, de *fake news* e da pós-verdade. O conhecimento científico é valioso e importante para se combater aqueles que desejam desconstruir os avanços conquistados até aqui, restringir ainda mais a nossa precária democracia, agravar as desigualdades socioeconômicas etc. No entanto, o conhecimento não científico, o conhecimento produzido no cotidiano, nas trocas, nos atos de resistências, na realização de práticas alternativas nos territórios é tão valioso quanto aquele dito científico. É verdade que a proximidade com os fatos estudados cria alguns limites de compreensão, mas a distância dos fatos também cria outros limites. Nesse caso, a complementariedade de saberes e a conjugação de variados métodos e diálogos fortalecem diferentes perspectivas; colaboram para enriquecer a visão de mundo dos não cientistas e dos “cientistas”. Abordar dessa maneira as diferentes formas que a violência se manifesta contra as/os jovens nos territórios reforça

e enriquece as pesquisas produzidas sobre este tema e pode contribuir para que pesquisadores/es e parte do ambiente pesquisado encontrem alternativas para alterar a realidade imposta.

Tratando especificamente das análises das informações levantadas, temos a composição de um verdadeiro quadro de terror. A moldura desse quadro é tanto os territórios onde a pesquisa ocorreu, quanto, infelizmente, as favelas e periferias do nosso país. O que identificamos é a demonstração do quanto o sistema capitalista acentua a sua principal característica: buscar o lucro não importa o custo, mesmo que esse custo signifique eliminação de vidas.

Essa característica predadora que ataca a natureza e despreza a vida da maioria da população aumentou a sua disposição nas últimas décadas. Mesmo na pandemia, a pobreza e a desigualdade aumentaram. É um capitalismo onde as corporações, os bancos etc. saqueiam o Estado, tentam colocar todo o sistema político a serviço dos seus interesses. Infelizmente, os políticos comprometidos com os interesses populares, dispostos a combater os crimes cometidos por essa insana sede de lucro, ainda são minoria. As juventudes das favelas e das periferias vivem uma sociedade de horrores. Vivem em um Brasil presidido por um fascista, desde 2019, em que o Estado passa a se desresponsabilizar de assegurar o mínimo de direitos, de reduzir as desigualdades socioeconômicas por meio de políticas públicas, de transferência de renda e do fortalecimento do sistema de proteção social.

A pesquisa apresentada mostra a face de um Estado terrorista que substitui políticas sociais pela política da violência armada, executada pelos seus agentes. Frisamos que no estado do Rio de Janeiro cresce o espaço e o poder de grupos paraestatais (milícias) no interior da estrutura pública e nos territórios populares. Desta maneira, se constata que o horizonte das juventudes fica cada vez mais estreito. As perspectivas de projetar um futuro promissor é sempre um imenso esforço, pois o presente se mostra objetivamente bastante desfavorável.

O acesso a um sistema de educação formal público e de qualidade, a bens e equipamentos culturais, a meios em que possam desenvolver suas aptidões e potencialidades artísticas, à renda etc. estão bloqueados. O direito elementar de ir e vir desses jovens é cerceado. Poder circular livremente pela Região Metropolitana é um verdadeiro sofrimento. Além da dificuldade de ter dinheiro para pagar o transporte coletivo, um dos mais caros do país, as/os jovens estão expostas/os à violência policial nas

suas áreas de moradia e, também, nas regiões nobres da cidade do Rio de Janeiro. A lógica é garantir paz nas regiões, onde ficam as famílias abastadas, ainda que para isso custe a aplicação da violência nos territórios de favelas e periferias. E quando a/o jovem consegue sair desses territórios e entra nos territórios dos “bacanas” são acionados todos os dispositivos possíveis de coerção contra as juventudes dos estratos sociais populares.

Fora da favela ou do seu bairro periférico as/os jovens são vítimas, por exemplo, do racismo estrutural cotidianamente. Esse racismo se manifesta de diferentes formas. Se não tira a vida da/do jovem, a/o humilha. Dentro das favelas são as/os jovens e suas mães que sentem diretamente os efeitos do Estado terrorista, quando forças policiais realizam suas “operações” de morte: “caveirões”, “drones”, helicópteros blindados e tantos outros dispositivos são usados para, supostamente, acabar com o crime. São tecnologias e medidas que só servem para mostrar a face de um Estado violento, a serviço de um capitalismo que, com todo o seu acervo tecnológico, elimina milhares de postos de trabalho e de vida. Para as juventudes que não têm acesso à educação formal de qualidade, que precisa contribuir na renda da família, resta o trabalho informal extenuante, o precário, a uberização, como é o caso das/os entregadoras/es de aplicativos. Quando o trabalho aparece, é o pior possível, quase sempre as ocupações mais precárias.

Mesmo diante de tantas adversidades, o **“Se Liga no Território!”**, ao mesmo tempo que é uma confirmação das inúmeras pesquisas já realizadas, é a oportunidade de, no processo de sua realização, ampliar o conhecimento dessas/es jovens e a leitura crítica da sociedade em que vivem. É a produção de um tipo de conhecimento, que também serve de instrumento para que as/os jovens se fortaleçam e reconheçam a importância de se mobilizarem e agirem prática e politicamente na construção de um presente e um futuro diferentes.

# Bibliografia

ABDALA, V. Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE. **Agência Brasil** - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BARROS, R. **Urbanização e “pacificação” em Mangunhos**: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/-dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. CONJUVE. **Juventude e a pandemia de Coronavírus**. 2ª Edição. Relatório Nacional – maio de 2021. Disponível em: <[https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Orgs.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Todos pela Educação e Editora Moderna, 2021. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/a-educacao-brasileira-em-2021.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO RIO DE JANEIRO. DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA. **O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem\\_dpge/public/arquivos/relatório\\_sobre\\_reconhecimento\\_fotográfico\\_nos\\_processos\\_criminais\\_05.05.22.pdf](https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem_dpge/public/arquivos/relatório_sobre_reconhecimento_fotográfico_nos_processos_criminais_05.05.22.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 14**, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GARCIA, I. Preço do arroz e feijão tem aumento de mais de 60% durante a pandemia, aponta estudo. **G1** - Mato Grosso. Mato Grosso, 10 mai. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/05/10/preco-do-arroz-e-feijao-tem-aumento-de-mais-de-60-percent-durante-a-pandemia-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GASTALDI, A. B. F. et al. (Orgs.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil** -

2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2020** (PNAD Contínua) - Jan.-Mar. 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2020\\_1tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2020** (PNAD Contínua) - Jul.-Set. 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2020\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021** (PNAD Contínua) - Jan.-Mar. 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2021\\_1tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, v. 1, ano 26, n.70 (set. 2020). Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercado-de-trabalho/201104\\_bmt\\_70\\_dossie\\_a3.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercado-de-trabalho/201104_bmt_70_dossie_a3.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 29, ago. 2021. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_29.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_29.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

POLO, E. Consumo de carne recua na pandemia. **Valor Econômico** – Agronegócios. São Paulo, 29 dez. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/12/29/consumo-de-carne-recua-na-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RAMOS, S. et al. **Negro trauma**: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: <[https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/02/CESEC\\_elemento-suspeito\\_final-3.pdf](https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/02/CESEC_elemento-suspeito_final-3.pdf)>. Acesso em: 16 abril 2022.

RODRIGUES, A. Ligue 180 registra aumento de 36% em casos de violência contra mulher. **Agência Brasil – Brasília**. Brasília, 30 maio 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ligue-180-registra-aumento-de-36-em-casos-de-violencia-contramulher>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SCUDEIRO, L. Enem 2021: o mais branco e elitista dos últimos anos. **Revista Educação**. São Paulo, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/11/24/enem-2021-o-mais-branco-e-elitista/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVEIRA, D. Desemprego no RJ bate recorde histórico e atinge 1,6 milhão no 1º trimestre do ano, aponta IBGE. **G1** - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 27 maio 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/27/desemprego-no-rj-bate-recorde-historico-e-atinge-16-milhao-no-1o-trimestre-do-ano-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SLEMAN, G. Gás de cozinha atinge preço mais caro do século para o consumidor. **Band Rio**. Rio de Janeiro, 27 abril 2022. Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noticias/gas-de-cozinha-atinge-preco-mais-car-do-seculo-para-o-consumidor-16508239>>. Acesso em: 16 abril 2022.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/research/tmm/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXn-qBQyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

# Notas

## Página 14

1. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, referente aos dados de 2019.
2. Total de pretos e pardos.

## Página 30

3. <https://extra.globo.com/noticias/rio/menino-morre-eletrocutado-em--conjunto-construido-pelo-pac-383856.html>
4. <https://extra.globo.com/noticias/rio/bombeiros-controlam-incendio-na-favela-mandela-3-em-manguinhos-2894716.html>
5. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/policia-do-rj-indicia-cinco-policiais-por-morte-de-jovem-em-manguinhos.html>

## Página 31

6. <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2015/> e <https://www.oabRJ.org.br/noticias/oabRJ-sedia-entrega-27a-edicao-medalha-chico-mendes>
7. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/rapaz-estudioso-e--bom-diz-tio-sobre-morto-em-tiroteio-em-manguinhos.html>

## Página 32

8. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1631837-policia-apreende-adolescente-suspeito-de-esfaquear-medico-na-lagoa-no-rio.shtml>
9. [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/47707/2/RELATO\\_%202018\\_enchentes%2014fev\\_FINAL.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/47707/2/RELATO_%202018_enchentes%2014fev_FINAL.pdf)

## Página 33

10. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/31/familia--de-homem-morto-em-manguinhos-se-encontra-com-mp.ghtml>
11. Operação da PM simultânea em várias regiões do RJ: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/08/pm-faz-operacoes-em-comunidades-da-capital-e-regiao-metropolitana-do-rj.ghtml>
12. <https://informeagora.com/casos-de-policia/operacao-do-bope--em-manguinhos-cv-deixa-mortos-e-feridos/>

## Página 38

13. Texto “A luta na favela em tempos de pandemia continua sendo pelo direito de viver” Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo\\_site/boletim%20caaf/boletim%20caaf%20ed\\_7.p](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/boletim%20caaf/boletim%20caaf%20ed_7.p)
14. O massacre que interrompeu a quarentena no Complexo do Alemão: <https://ponte.org/o-massacre-que-interrompeu-a-quarentena-no-complexo-do-alemao/>

15. Família acusa polícia militar de matar estudante no morro da Providência: <https://globoplay.globo.com/v/8573865/>
16. O que se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro, RJ: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>

## Página 40

17. <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-08-21/mesmo-com-do-stf-operacoes-policiais-continuam-em-favelas-do-rio.html>

## Página 41

18. Acesse o relatório do GENI sobre os primeiros efeitos da ADPF 635 aqui: [https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2020\\_Relatorio-efeitos-da-Liminar.pdf](https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2020_Relatorio-efeitos-da-Liminar.pdf)

## Página 46

19. Essas e outras denúncias sobre a precariedade da alimentação escolar no Rio de Janeiro e na Bahia durante a pandemia podem ser lidas no relatório “Violações ao direito à alimentação escolar na pandemia de Covid-19”, elaborado pela Plataforma Dhesca Brasil: [https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Relatoria\\_DireitoaAlimentacao\\_VF.pdf](https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Relatoria_DireitoaAlimentacao_VF.pdf)
20. Acesse a pesquisa em: [https://cmdcario.com.br/files/downloads/16009576556Juventudes\\_e\\_a\\_Pandemia\\_do\\_Coronavirus.pdf](https://cmdcario.com.br/files/downloads/16009576556Juventudes_e_a_Pandemia_do_Coronavirus.pdf)
21. <http://olheparaafome.com.br/>

## Página 50

22. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-diferencas-na-pandemia/>
23. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-cadastramento/>

## Página 51

24. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/diariopopularRS/photos/a.238490609512248/3449429821751628/?type=3&theater>

## Página 58

25. Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo: <https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>
26. <https://s3.documentcloud.org/documents/6111419/Relato-Rio-Do-III-LNUD-v-2018-07-05-Final.pdf>

## Página 80

27. <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/consumo-de-carne-bovina-chega-ao-menor-nivel-em-25-anos-no-brasil--diz-embrapa/>

## Página 81

28. <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/05/10/preco-do-arroz-e-feijao->

1. -tem-aumento-de-mais-de-60percent-durante-a-pandemia-aponta-estudo.ghtml

**Página 82**

2. <https://exame.com/economia/preco-do-gas-de-cozinha-e-o-maior-do-seculo-e-afeta-94-do-salario-minimo/>

**Página 84**

3. “Elemento suspeito - Negro trauma: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro”, pesquisa publicada pelo CESEC em 2022.

**Página 93**

4. <https://fogocruzado.org.br/especial-3-anos-sem-maria-eduarda/>

**Página 94**

5. [https://drive.google.com/file/d/1gyizjq\\_XFEczViMZOFDAp\\_NEWVDZIVfa/view](https://drive.google.com/file/d/1gyizjq_XFEczViMZOFDAp_NEWVDZIVfa/view)

